

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Dezembro de 2013

Índice Geral

	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes	02
Demonstrações Contábeis	05
Notas Explicativas da Administração	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada (“CAIXA” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c), que descreve que em 31 de dezembro de 2013 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 20.798 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 7.140 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.188 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.404 milhões, em 31 de dezembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 13 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2013, a CAIXA possui R\$ 16.482 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, registrados com base em estimativa de realização da administração fundamentada em estudo elaborado periodicamente. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar, da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.844 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 2.20, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de outubro de 2014, sem modificações, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 30 de outubro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Balço Patrimonial Consolidado em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	IFRS	
	31/12/2013	31/12/2012 Nota (2.20)
Disponibilidades e reservas no Banco Central (Nota 3)	97.742.254	80.482.951
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	102.547.827	78.931.818
Ativos financeiros mantidos para negociao	98.741.794	75.545.013
Designados ao valor justo	3.545.716	3.304.677
Derivativos	260.317	82.128
Ativos financeiros disponiveis para venda (Nota 8 (a))	17.935.264	17.302.753
Ativos financeiros mantidos at o vencimento (Nota 8 (b))	43.179.278	42.965.431
Emprstimos e recebiveis	564.840.851	459.596.665
Com instituies financeiras (Nota 4 (a))	58.617.463	88.364.997
Com clientes (Nota 4 (b))	485.425.817	352.454.775
Outros emprstimos e recebiveis (Nota 4 (c))	20.797.571	18.776.893
Ativos no correntes mantidos para venda (Nota 9)	962.229	670.866
Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (Nota 10)	3.116.921	3.138.897
Ativo Imobilizado (Nota 11)	3.026.322	2.167.198
Ativo Intangvel (Nota 12)	2.533.983	2.122.933
Ativo fiscal diferido (Nota 13)	16.481.628	12.601.669
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (Nota 14)	8.290.434	6.779.525
Outros ativos (Nota 15)	4.782.271	3.140.921
TOTAL	865.439.262	709.901.627

As notas explicativas da Administrao so parte integrante das demonstraes financeiras consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	IFRS	
	31/12/2013	31/12/2012 Nota (2.20)
Depósitos	360.769.753	319.779.966
Depósitos de instituies financeiras (Nota 16 (a))	2.394.464	10.327.892
Depósitos de clientes (Nota 16 (b))	358.375.289	309.452.074
Recursos para destinao especifica (Nota 17)	20.406.042	16.485.080
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	89.216	683
Emprstimos de ttulos e obrigaes compromissadas (Nota 5)	116.489.629	93.908.570
Instrumentos de dvida (Nota 18)	83.822.995	77.456.187
Obrigaes por emprstimos e repasses (Nota 19)	161.554.112	123.780.739
Provisões	15.743.893	16.103.825
Provisões para fundos de pensao e obrigaes similares (Nota 20)	9.707.668	9.658.846
Provisões para causas judiciais (Nota 21)	6.036.225	6.444.979
Passivo fiscal diferido (Nota 22)	1.295.104	895.193
Dvidas subordinadas elegiveis a capital (Nota 18)	11.922.079	12.190.735
Outras obrigaes (Nota 23)	32.881.564	26.128.173
PASSIVO	804.974.387	686.729.151
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 24 (a))	22.054.802	22.054.802
IHCD - elegível a capital	35.867.700	
Reservas (Nota 24 (d))	4.902.563	2.693.064
Ajustes de avaliao patrimonial (Nota 24 (f))	23.069	(696.708)
Prejuizos Acumulados (Nota 24 (g))	(2.383.259)	(878.682)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.464.875	23.172.476
TOTAL	865.439.262	709.901.627

As notas explicativas da Administrao so parte integrante das demonstraes financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	IFRS	
	2013	2012 (Nota 2.20)
Receita com juros e similares (Nota 25)	70.838.868	56.581.052
Despesas com juros e similares (Nota 26)	(46.082.982)	(35.550.863)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	24.755.886	21.030.189
Receita líquida com taxas e comissões (Nota 27)	14.834.617	12.670.748
Ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (a))	(284.488)	254.631
Ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (b))	(315.163)	(921.890)
Ganhos/perdas com operações de câmbio (líquidos) (Nota 29)	(448.754)	26.327
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central (Nota 3 (c))	5.052.264	4.389.516
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	363.601	187.022
Receita de Dividendos	62.451	73.207
Outras receitas operacionais (Nota 30)	5.800.565	4.254.922
TOTAL DE RECEITAS	49.820.979	41.964.672
Despesas administrativas	(25.555.316)	(22.082.846)
Despesas com pessoal (Nota 31)	(15.928.394)	(13.519.853)
Depreciação ativo imobilizado	(602.866)	(472.014)
Amortização ativo intangível	(558.957)	(472.329)
Outras despesas administrativas (Nota 32)	(8.465.099)	(7.618.650)
Despesas com provisões para causas judiciais (líquidas)	(1.124.193)	(423.703)
Perdas com ativos financeiros (líquidas) (Nota 33)	(8.715.164)	(7.246.644)
Empréstimos e recebíveis	(8.408.244)	(7.170.639)
Outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado	(306.920)	(76.005)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(39.924)	(68.337)
Despesas tributárias (Nota 35 (c))	(2.413.643)	(2.010.046)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	116.077	104.438
Participação dos empregados no lucro	(1.063.306)	(950.000)
Outras despesas operacionais (Nota 34)	(8.366.305)	(6.780.040)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	2.659.205	2.507.494
Tributos correntes (Nota 35)	(896.763)	(481.427)
Tributos diferidos (Nota 35)	3.788.958	2.602.147
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.551.400	4.628.214

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 (Nota 2.20)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.551.400	4.628.214
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE:	719.777	(1.534.419)
Ganhos (perdas) realizados no resultado - líquido de efeitos tributários	(9.526)	20.142
- Ganhos (perdas) realizados no resultado	(15.876)	33.570
- Efeitos tributários	6.350	(13.428)
Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda - líquido de efeitos tributários	(57.159)	(109.198)
- Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda	(95.266)	(181.997)
- Efeitos tributários	38.106	72.799
Participação no resultado abrangente de Benefícios a empregados (Nota 2.20)	876.229	(1.558.074)
Participação no resultado abrangente de empresas coligadas	(89.767)	112.711
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.271.177	3.093.795

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	Instrumento Elegível a Capital Principal	Reservas	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802		4.079.781	1.635.433	(136.146)	6.726.574	27.460.444
AJUSTES IAS 19 (Nota 2.20)					973.857		973.857
AJUSTE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS (Nota 2.20)						(4.783.285)	(4.783.285)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Nota 2.20)	15.154.802		4.079.781	1.635.433	837.711	1.943.289	23.651.016
Lucro líquido do exercício ajustado (Nota 2.20)						4.628.214	4.628.214
Total dos componentes do resultado abrangente do exercício					(1.534.419)		(1.534.419)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO					(1.534.419)	4.628.214	3.093.795
AJUSTE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS (Nota 2.20)						(1.342.701)	(1.342.701)
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(1.635.433)			(1.635.433)
AUMENTO DE CAPITAL	6.900.000						6.900.000
REVERSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS						1.033	1.033
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES			(2.306.561)				(2.306.561)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			303.303			(303.303)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			521.104			(521.104)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			95.437			(95.437)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(1.321.028)	(1.321.028)
Dividendos adicionais propostos						(3.867.645)	(3.867.645)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	6.900.000		(1.386.717)	(1.635.433)		(7.450.185)	(3.572.335)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 2.20)	22.054.802		2.693.064		(696.708)	(878.682)	23.172.476
Lucro líquido do exercício						5.551.400	5.551.400
Resultado abrangente do exercício					719.777		719.777
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO					719.777	5.551.400	6.271.177
INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL		35.867.700					35.867.700
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 2.20)							
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							
AUMENTO DE CAPITAL							
REVERSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS						(20.067)	(20.067)
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES							
RESERVA DE CAPITAL			167				167
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			336.169			(336.169)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			526.699			(526.699)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			1.346.464			(1.346.464)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegível a capital						(728.815)	(728.815)
Dividendos propostos						(4.097.763)	(4.097.763)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		35.867.700	2.209.499			(7.055.977)	31.021.222
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	35.867.700	4.902.563		23.069	(2.383.259)	60.464.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 Nota (2.20)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido no exercício	5.551.400	6.050.317
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.326.245	9.807.695
Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros	315.163	921.890
Ganhos na venda de imobilizado	(88.485)	(11.257)
Ganhos na venda de ativos não correntes mantidos para venda	(15)	
Perdas com ativos financeiros	8.715.164	7.246.644
Depreciação e amortização	1.161.823	944.343
Despesas com provisões para causas judiciais	1.124.193	423.703
Provisões benefícios a empregados	885.420	593.285
Outras provisões de ativos	39.924	68.337
Tributos diferidos	(3.788.958)	(2.602.147)
Ganhos e perdas de equivalência patrimonial	(363.601)	(187.022)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	3.325.617	2.409.919
Lucro líquido ajustado	16.877.645	15.858.012
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(47.337.900)	17.480.550
(Aumento)/Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(23.931.172)	(20.163.738)
(Aumento)/Redução nas reservas no Banco Central	(13.989.014)	(10.027.481)
(Aumento)/Redução em empréstimos e recebíveis	(150.367.188)	(118.233.556)
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	(1.510.909)	(3.291.878)
(Aumento)/Redução em ativos não correntes mantidos para venda	(291.363)	(90.510)
(Aumento)/Redução em ativo fiscal diferido	(91.001)	(68.752)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(1.641.350)	(888.742)
Aumento/(Redução) em depósitos	40.989.787	59.950.928
Aumento/(Redução) em recursos para destinação específica	3.920.962	9.972.198
Aumento/(Redução) em Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	88.533	(257)
Aumento/(Redução) em Instrumentos de dívida	34.551.144	27.724.198
Aumento/(Redução) em empréstimos de títulos e obrigações compromissadas	22.581.059	38.500.612
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	37.773.373	32.160.414
Aumento/(Redução) em provisões	(2.369.545)	452.815
Aumento/(Redução) em passivo fiscal diferido	399.911	264.177
Aumento/(Redução) em outras obrigações	6.548.873	1.220.122
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(30.460.255)	33.338.562
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(632.511)	(4.276.397)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(213.847)	11.147.139
Aquisição de investimentos		(979.768)
Alienação de ativos imobilizados	86.228	164.245
Aquisição de ativos imobilizados	(1.455.260)	(809.737)
Baixa do Intangível	14.946	139.808
Aquisição de ativos intangíveis	(997.409)	(656.568)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.197.853)	4.728.722
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Instrumentos de dívida	8.000.000	16.000.000
Pagamento de dividendos	(4.826.578)	(7.495.234)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.173.422	8.504.766
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(30.484.686)	46.572.050
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA		
Caixa e Equivalentes no início do exercício	79.197.762	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do exercício	48.713.076	79.197.762
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(30.484.686)	46.572.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	11
Nota 2 – Principais práticas contábeis	12
Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central.....	29
Nota 4 – Empréstimos e recebíveis	30
Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas	31
Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos	32
Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	34
Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários	35
Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda	36
Nota 10 – Participações em controladas e coligadas	36
Nota 11 – Imobilizado.....	38
Nota 12 – Intangível	39
Nota 13 – Ativo fiscal diferido.....	40
Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	41
Nota 15 – Outros ativos.....	41
Nota 16 – Depósitos	42
Nota 17 – Recursos para destinação específica.....	43
Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas	43
Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses.....	45
Nota 20 – Benefícios a empregados	46
Nota 21 – Provisões para causas judiciais.....	58
Nota 22 – Passivo fiscal diferido	62
Nota 23 – Outras obrigações.....	63
Nota 24 – Patrimônio líquido	64
Nota 25 – Receitas com juros e similares	67
Nota 26 – Despesas com juros e similares	67
Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões	67
Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros	69
Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio.....	70
Nota 30 – Outras receitas operacionais	70
Nota 31 – Despesas com pessoal.....	70
Nota 32 – Outras despesas administrativas.....	71
Nota 33 – Perdas com ativos financeiros.....	71
Nota 34 – Outras despesas operacionais	73
Nota 35 – Impostos	74
Nota 36 – Gestão de riscos	75
Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos	95
Nota 38 – Partes relacionadas	104
Nota 39 – Outras informações	106
Nota 40 – Eventos subsequentes	107

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País. É o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros. Administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 28 de outubro de 2014 e pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir:

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da CAIXA e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), ambas traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação. As demonstrações financeiras da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**(a) Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(b) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, nos quais o custo da transação é reconhecido no resultado do período.

(c) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(d) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros são designados nessa categoria somente no seu reconhecimento inicial seja para eliminação ou redução de inconsistências contábeis ocasionadas pela mensuração de ativos e passivos e/ou reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases divergentes, seja porque tais instrumentos são gerenciados e avaliados pelo seu valor justo. A CAIXA não designou nenhum ativo a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

(e) Ativos financeiros – disponíveis para venda

São instrumentos de dívida a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças na condição do mercado e que não se enquadram como empréstimos e recebíveis, ativos a valor justo por meio do resultado e nem como ativos mantidos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Na liquidação do investimento, os ganhos ou perdas acumulados, previamente contabilizados no patrimônio líquido, são reconhecidos em resultado e os juros auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “receita com juros e similares” usando a taxa de juros efetiva (TJE).

Os dividendos auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito ao recebimento for estabelecido.

(f) Ativos financeiros – mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais a CAIXA tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido dos custos de transação e posteriormente são mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE, líquido das perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na aquisição e as tarifas que integram a TJE. A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado. As perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de tais investimentos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Empréstimos e recebíveis de clientes e de instituições financeiras

Valores a receber de instituições financeiras e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a CAIXA:

- I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como “ao valor justo por meio do resultado”;
- II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou
- III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis”.

(h) Derivativos e hedge contábil

CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- I Hedge de Valor Justo: Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- II Hedge de Fluxo de Caixa: A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
- III Hedge de investimento líquido - as operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de valor justo. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (b).

(i) Dívidas emitidas e outros fundos tomados

Instrumentos financeiros ou seus componentes emitidos pela CAIXA, não designados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no passivo em “instrumentos de dívida” e estão divulgados na Nota 18.

Isso ocorre quando a CAIXA assume no acordo contratual, substancialmente, a obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro ao detentor ou de satisfazer uma obrigação que não a troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por uma quantidade fixa de ações patrimoniais.

Após a mensuração inicial, a dívida emitida e outros fundos tomados são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos que integram a TJE.

Um instrumento financeiro híbrido que contém componentes de dívida e patrimônio é separado na data de emissão. Uma porção da renda líquida do instrumento é alocada para o componente de dívida, na data de emissão, baseada no seu valor justo (que geralmente é determinado com base no preço de mercado de dívidas semelhantes). O componente patrimonial é designado ao valor residual após deduzir do valor justo do instrumento o valor separado e determinado para o componente de dívida.

2.5 Baixa de ativos e passivos financeiros**(a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- I o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- II a CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo; ou
- III a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é eliminada, cancelada ou vencida.

2.6 Empréstimos de títulos e operações compromissadas

Os títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial nos casos em que a CAIXA retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida da CAIXA.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo da CAIXA.

A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em “receita com juros e similares” e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE.

2.7 Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há qualquer evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido).

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

(a) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (valores a receber de bancos, empréstimos e investimentos mantidos até o vencimento), a CAIXA avalia se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável individualmente para ativos financeiros significativos, ou coletivamente, para os demais ativos financeiros.

Se a CAIXA determinar que essa evidência não existe para um ativo financeiro individualmente avaliado, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com característica de risco de crédito semelhantes e, coletivamente, a entidade avalia o grupo por redução ao valor recuperável.

Os ativos avaliados individualmente, para os quais há reconhecimento de perda com redução ao valor recuperável, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para selecionar os ativos analisados individualmente, a CAIXA considera a segmentação inicial prevista para Basileia II, a particularidade de cada tomador, a relevância dos valores e as premissas utilizadas nas avaliações de risco de crédito.

Na análise individual, os ativos serão avaliados para verificar se há perda por redução ao valor recuperável quando:

- I piorar o *rating* do tomador e/ou operação em função de reavaliação mais recente, comparando-se com o *rating* do tomador ou operação no momento da contratação;
- II houver sinalização de piora na situação do tomador, verificada pela área de risco;
- III estiverem em situação de atraso igual ou superior a 90 dias, conforme correlação com *rating*.

Os empréstimos avaliados pela análise coletiva têm a provisão estabelecida a partir da utilização da metodologia de perda média histórica da carteira de crédito, baseada na premissa de apuração de um ponto de corte que indica baixa probabilidade de diminuição do atraso ou de retorno à adimplência.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação.

Se, em um período subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento posterior ao seu reconhecimento, o montante previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado a “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o investimento está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a CAIXA avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado como redução ao valor recuperável é a perda acumulada mensurada como diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita futura de juros é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando-se a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro que serviu de base para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Os rendimentos com os juros desses investimentos são registrados como parte de “receita com juros e similares”.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida que teve perda com redução ao valor recuperável reconhecida no resultado aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento de crédito ocorrido depois desse reconhecimento, esta perda é revertida através do próprio resultado.

Para os investimentos em instrumentos patrimoniais, a evidência objetiva também inclui uma “significativa” ou “prolongada” baixa no valor justo do investimento abaixo do seu custo.

Quando há evidência de redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável do investimento previamente reconhecida no resultado) é revertida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais não são revertidas por meio do resultado e os aumentos no valor justo, após redução ao valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empréstimos renegociados

Quando possível, a CAIXA procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Quando os prazos dos empréstimos são renegociados qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original antes da modificação desses prazos.

A CAIXA revisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir o cumprimento dos critérios e realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva original do empréstimo.

2.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo valor líquido se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações financeiras consolidadas segundo o regime de competência. Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas:

(a) Receita e despesa de juros

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJE considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como “receitas com juros e similares”. No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Quando houver redução no valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares, a receita de juros passa a ser reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros relacionados com a mensuração da referida perda.

(b) Receita de taxas e comissões

A CAIXA auferir receitas de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes, segregando-as nas seguintes categorias:

(i) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Apropriadas ao longo do mesmo período, essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado e outras taxas relacionadas ao crédito, bem como qualquer custo incremental, são diferidas e reconhecidas como ajustes à taxa efetiva do empréstimo.

Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso pelo método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos, ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término das transações que geraram as taxas. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de se cumprir o critério específico.

(c) Receita de dividendos

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de sócios e acionistas.

(d) Receita líquida de negociação

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros “mantidos para negociação”.

(e) Programas de fidelidade

Créditos de prêmios relacionados ao programa de fidelidade são contabilizados como um componente separado e identificável da transação em que o crédito foi cedido. O valor justo da taxa ou anuidade recebida pela venda inicial é alocado entre os créditos do prêmio e os outros componentes da venda. A receita gerada pelos programas de fidelidade é reconhecida em “outras receitas operacionais”.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações financeiras consolidadas.

As aplicações financeiras de alta liquidez consideradas como equivalentes de caixa são de baixa variação em seu valor justo e com vencimento em três meses ou menos.

2.12 Ativos não correntes mantidos para venda

São reconhecidos pelo menor dos valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria. Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nesta categoria, sendo o valor líquido de venda mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vendê-los.

Quando houver perda no valor recuperável de um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para ajustar ao seu valor justo (menos os custos de venda), esta é reconhecida em provisão para desvalorização de outros ativos.

2.13 Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais. É contabilizado ao custo menos depreciação e perdas no valor recuperável dos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados. A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de segurança	05 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos. A CAIXA avalia, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão-de-obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

2.14 Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos. A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica “amortização ativo intangível”.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda no valor recuperável sobre o valor contábil desses ativos, a débito da rubrica “perdas com outros ativos (líquidas)”, na demonstração consolidada do resultado. Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

2.15 Benefícios pós-emprego

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Para os planos de benefício definido (BD), as perdas atuariais não reconhecidas são integralmente registradas em conta de passivo quando venham a ocorrer em contrapartida da conta, outros ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado. A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

2.16 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas e obrigações legais adota as seguintes premissas:

Provisões gerais - são reconhecidas quando a CAIXA tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e exista probabilidade provável de que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação, desde que haja uma estimativa confiável do montante desta obrigação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos contingentes – surgem de eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos. São avaliados periodicamente para garantir que seus efeitos sejam refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo é reconhecido nas demonstrações do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade apenas divulga o ativo contingente. Não há ativos contingentes reconhecidos como prováveis pela CAIXA.

Provisões para causas judiciais – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

Passivos contingentes – causas judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração consolidada do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.17 Tributos

(a) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pagos para o ente tributante. As alíquotas de tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos devidos são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

(b) Imposto diferido

É gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada elaboração do balanço e baixado na medida em que não seja mais provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização total ou parcial do ativo tributário diferido.

Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada elaboração do balanço e são reconhecidos na medida em que se torna provável que haja lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação dos ativos tributários diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são determinados usando-se alíquotas do tributo (e leis tributárias) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo ativo fiscal diferido for realizado ou quando o passivo fiscal diferido for liquidado. São apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os tributos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e cobrados pela mesma autoridade tributária.

2.18 Dividendos do controlador

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido.

Em caso de proposta de pagamento de dividendos que exceda o mínimo obrigatório, a parcela excedente será mantida no patrimônio líquido, na subconta “dividendos adicionais propostos”, até a aprovação pelo Ministro de Estado da Fazenda. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não sujeitos à decisão futura da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos do ano, aprovados depois da data de fechamento do balanço, são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

2.19 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mais relevantes:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

É o valor pelo qual os instrumentos financeiros podem ser comprados ou vendidos em uma operação corrente entre partes, cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA calcula seu valor justo com base neste preço, utilizando a metodologia detalhada na Nota 36.

Quando não houver preço de mercado disponível para um ativo ou passivo financeiros, a CAIXA estima seu valor justo com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros.

Neste método, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente usando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis em mercado observáveis.

(b) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

A CAIXA revisa seus empréstimos e adiantamentos a cada data de encerramento de exercício social para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, por meio de análises individuais e coletivas, conforme detalhado no item 2.8.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente relevantes são avaliados por meio de análise individual e as demais concessões de crédito são avaliadas coletivamente. A avaliação coletiva é usada para determinar se uma provisão deve ser constituída para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos, referentes a empréstimos e adiantamentos que, individualmente, não foram considerados significativos. Os empréstimos e adiantamentos submetidos à análise coletiva são agrupados por características de riscos semelhantes, com base nos dados cotados da carteira de crédito como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

A apuração das perdas com a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis é divulgada com mais detalhes na Nota 33.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A CAIXA utiliza análise de recuperabilidade para os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento. Nesta área, a CAIXA aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros,

Para a apuração da perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Tributos diferidos

A CAIXA reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro relacionado com esses ativos fiscais diferidos.

Outros ativos fiscais diferidos, decorrentes de créditos e prejuízos fiscais a compensar, fundamentados na legislação tributária vigente, são reconhecidos apenas se for provável que a CAIXA terá lucro tributável futuro suficiente para sua utilização.

Estimativas e avaliações passíveis de julgamento são requeridas para determinar o montante de ativo fiscal diferido que deve ser reconhecido com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, tudo isso de forma coordenada com a gestão tributária empresarial.

Atualmente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos fundamenta-se em estudos técnicos e projeções de resultados futuros.

(e) Obrigações com planos de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria do tipo benefício definido é determinado por meio de um método de valorização atuarial que usa pressupostos sobre as taxas de desconto, taxas esperadas de retorno dos ativos, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensão, conforme detalhado na Nota 20.

Devido à natureza de longo prazo desses planos, tais estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

(f) Vida útil de imobilizado e intangível

Em dezembro de 2008, a CAIXA passou a depreciar seu ativo imobilizado observando a alteração realizada na vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos. A vida útil estimada para os sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e móveis e equipamentos é de 10, 5 e 10 anos, respectivamente. No mesmo ano, passou-se a realizar testes para determinar o valor recuperável destes ativos.

Os intangíveis com vida útil finita são amortizados durante o referido período, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a reavaliações anuais (testes de redução ao valor recuperável) ou sempre que houver qualquer indicativo de deterioração de seu valor.

(g) Provisão para causas judiciais

A provisão para causas judiciais é contabilizada somente para aqueles processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja avaliação realizada pelos assessores jurídicos considera como prováveis que eventuais decisões judiciais sejam desfavoráveis à CAIXA.

(h) Perdas com redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Reapresentação de saldos comparativos**Mudança de prática contábil – Benefícios a empregados**

As demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2011 e 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo IAS 19 – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do IAS 19, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do IAS 19 são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Mudança de prática contábil – Contas encerradas por inconformidades cadastrais

Em 2013, a CAIXA alterou sua política contábil para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

A CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Com a adoção da nova política contábil, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Mudança de prática contábil – Financiamentos Habitacionais

Determinados financiamentos habitacionais em que a CAIXA recebe remuneração para viabilizá-los, não incluíam referida remuneração como receita incremental. No ano de 2013, a taxa de juros efetiva desses contratos foi revista, incluindo tal remuneração como receita incremental da operação, incorporando-se aos fluxos de caixa do financiamento e impactando a TJE do ativo.

Em atendimento aos procedimentos previstos na norma IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a alteração na TJE desses contratos foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins informativos.

Os efeitos nas contas patrimoniais da aplicação do IAS 19, da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais e da mudança de prática contábil de determinados financiamentos habitacionais são demonstrados a seguir. Destaca-se que os impactos dos ajustes do IAS 19 na base de créditos tributários são imateriais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2011		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Ativo	516.494.023	-	516.494.023
Total do Ativo	516.494.023	-	516.494.023
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo	489.033.579	3.809.428	492.843.007
Recursos para destinação específica (1)	6.512.882	5.619.164	12.132.046
Provisões	14.634.022	(973.857)	13.660.165
Provisões p/ fundos de pensão e obrigações similares (2)	7.928.506	(973.857)	6.954.649
Outras Obrigações (1)	16.884.593	(835.879)	16.048.714
Patrimônio Líquido	27.460.444	(3.809.428)	23.651.016
Ajuste de Avaliação Patrimonial (2)	(136.146)	973.857	837.711
Lucros acumulados (3)	6.726.574	(4.783.285)	1.943.289
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	516.494.023		516.494.023

(1) Reconhecimento de passivos e reversão de provisões relativas à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.

(2) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(3) Impactos relativos às mudanças de prática contábil dos financiamentos habitacionais.

Descrição	31/12/2012		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Ativo fiscal diferido (1)	12.494.906	312.626	12.807.532
Total do Ativo	709.589.001		709.901.627
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo	677.857.773	8.871.378	686.729.151
Depósitos	319.040.894	739.072	319.779.966
Depósitos de clientes (2)	308.713.002	739.072	309.452.074
Recursos para destinação específica (3)	7.835.325	8.649.755	16.485.080
Provisões	15.519.608	584.217	16.103.825
Provisões p/ fundos de pensão e obrigações similares (4)	9.074.629	584.217	9.658.846
Outras obrigações (3)	27.229.839	(1.101.666)	26.128.173
Patrimônio Líquido	31.731.228	(8.558.752)	23.172.476
Ajuste de avaliação patrimonial (4)	(112.491)	(584.217)	(696.708)
Lucros acumulados (5)	7.095.853	(7.974.535)	(878.682)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	709.589.001		709.901.627

(1) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Reconhecimento de passivos e reversão de provisões relativas à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.

(4) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(5) Impactos relativos às mudanças de prática contábil das contas encerradas (líquidos dos efeitos tributários) e dos financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos no resultado do exercício de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício 2012		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receita com juros e similares (1)	55.238.351	1.342.701	56.581.052
Despesas com juros e similares (2)	(35.530.549)	(20.314)	(35.550.863)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	19.707.802	1.322.387	21.030.189
Despesas tributárias (3)	(2.044.413)	34.367	(2.010.046)
Outras receitas operacionais (2) (4)	8.004.271	(3.749.349)	4.254.922
Outras despesas operacionais (5)	(7.045.827)	265.787	(6.780.040)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	4.634.302	(2.126.808)	2.507.494
Tributos correntes (3)	(652.923)	171.496	(481.427)
Tributos diferidos (3)	2.495.384	106.763	2.602.147
Lucro líquido do exercício	6.476.763		4.628.214

- (1) Amortização de remuneração a diferir relativa à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.
 (2) Despesas com remuneração de passivos relativas à mudança de prática contábil das contas encerradas.
 (3) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.
 (4) Reversão de remuneração a diferir relativa à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.
 (5) Reversão de provisões operacionais relativas à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.

2.21 Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes

Houve melhorias ao IFRS cujas alterações resultam em mudanças contábeis para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração. Essas alterações não afetaram significativamente as demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA deste exercício.

(a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", não permite mais o uso do "método do corredor" e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações – em Dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" - emitida em maio de 2011, provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto:

- (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" - trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011. O objetivo dessa norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS's), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A CAIXA está avaliando o impacto total dessa norma.

Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva.

IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014.

IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central

(a) Disponibilidades e reservas no Banco Central

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	8.208.226	6.534.096
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.272.181	1.501.871
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	73.327	247.478
Depósitos junto ao Banco Central (1)	86.188.520	72.199.506
Total	97.742.254	80.482.951

(1) Representam o saldo dos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central. São calculados com base em percentual de depósitos recebidos de terceiros e considerados como recurso de uso restrito. Rendem atualização monetária com base em índices oficiais de juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	8.208.226	6.534.096
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.272.181	1.501.871
Aplicações em operações compromissadas (1)	37.232.669	71.161.795
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.713.076	79.197.762

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

(c) Rendas de créditos vinculados ao BACEN

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Compulsório s/ caderneta de poupança	2.304.352	1.984.244
Compulsório s/ exigibilidade adicional	2.106.153	1.933.161
Compulsório s/ outros depósitos	641.759	472.111
Total	5.052.264	4.389.516

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Empréstimos e recebíveis

(a) Com instituições financeiras

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos interfinanceiros	7.671.672	3.078.676
Operações compromissadas	37.232.669	72.104.596
Direitos a receber de operação de cessão de crédito	2.422.528	2.838.928
Devedores por depósitos em garantia	11.290.594	10.342.797
Total	58.617.463	88.364.997

(b) Com clientes

Descrição	31/12/2013			31/12/2012
	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão	Recebível Líquido de Provisão
Empréstimos e títulos descontados	138.023.829	(9.951.765)	128.072.064	101.275.524
Financiamentos	33.382.624	(1.251.827)	32.130.797	18.316.603
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.997.399	(8.278)	1.989.121	154.642
Financiamentos imobiliários	270.027.281	(312.526)	269.714.755	203.756.485
Financiamentos de infraestrutura	36.837.629	(643.834)	36.193.795	23.536.627
Operações de cessão de créditos	4.214.768	(52.011)	4.162.757	2.425.267
Outros ativos	13.567.233	(404.705)	13.162.528	2.989.627
Total	498.050.763	(12.624.946)	485.425.817	352.454.775

(c) Outros empréstimos e recebíveis

Inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	81.879	64.996
FCVS a receber	23.903.656	21.727.118
Não habilitados (1)	1.359.783	1.702.295
Habilitados e não homologados (2)	7.139.629	6.534.937
Habilitados e homologados (3)	15.404.244	13.489.886
Provisão FCVS a receber	(3.187.964)	(3.015.221)
Total (líquido de provisão)	20.797.571	18.776.893

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 920.005.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativos	37.232.669	72.104.596
Operações ativas com instituições financeiras	37.232.669	72.104.596
Passivos	116.489.629	93.908.570
Carteira própria	83.730.605	47.402.335
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.235

(a) Garantias dadas

A contraparte terá a propriedade dos títulos dados em garantia caso a CAIXA não efetue a recompra na data contratada.

(b) Garantias recebidas

A CAIXA terá a propriedade dos títulos dados em garantia, caso a contraparte não efetue a recompra na data contratada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito da contraparte.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito da contraparte, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(a) Hedge Contábil**(a.1) Emissão externa – Notas sêniores 1ª e 2ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar. No entanto, à internalização dos recursos captados adiciona-se o risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022.
- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - o 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - o 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais.

Valor justo do objeto do hedge		
Notas Sêniores	31/12/2013	31/12/2012
1ª Série	2.357.153	2.048.222
2ª Série	1.153.619	1.057.725
Total	3.510.772	3.105.947

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

(a.2) Letras financeiras – Cupom IPCA

Nos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013 a CAIXA realizou a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor justo do objeto do hedge		
Letra financeira	31/12/2013	Valor na data de emissão
15/08/2023	195.550	200.000
18/09/2023	29.789	30.000
13/11/2023	345.899	332.000
23/12/2020	10.316	10.000
Total	581.554	572.000

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade média das operações está em 94,08%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

Descrição	31/12/2013				Valor de Mercado	31/12/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado
Contas de compensação/ Valor referencial						
Contratos futuros	20.813.123	9.949.570	16.748.077	46.475.278	93.986.048	67.244.406
Contratos de Swaps	4.750	61.954	65.737	5.604.791	5.737.232	225

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2013					31/12/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas patrimoniais						
Swap posição comprada – a receber	249	6.182	6.513	247.373	260.317	82.128
Swap posição vendida – a pagar	185	15	224	88.792	89.216	683

(c) Títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos	4.288.756	1.684.392
Letras financeiras do tesouro	5.039	4.656
Letras do tesouro nacional	4.280.627	1.676.135
Notas do tesouro nacional	3.090	3.601

Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros mantidos para negociação	98.741.794	75.540.390
Títulos públicos – Brasil	98.698.946	75.464.749
Letras financeiras do tesouro	1.625.704	2.972.975
Letras do tesouro nacional	93.370.517	64.592.013
Notas do tesouro nacional	3.702.725	7.899.761
Títulos privados	42.848	75.641
Debêntures	14.578	41.175
Cotas de fundos	25.569	34.466
Certificados de recebíveis imobiliários	2.701	-
Ativos Financeiros mantidos para negociação dados em garantia	-	4.623
Títulos públicos – Brasil	-	4.623
Letras financeiras do tesouro	-	4.623
Ativos designados ao valor justo	3.545.716	3.304.677
Títulos públicos – Brasil	3.545.716	3.304.677
Letras financeiras do tesouro	3.545.716	3.304.677
Derivativos	260.317	82.128
Total	102.547.827	78.931.818

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

(a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos - Brasil	15.096	95.724
Letras financeiras do tesouro	-	75.487
Notas do tesouro nacional	4.775	8.393
Títulos CVS	10.321	11.844
Títulos privados	17.918.022	17.204.427
Letras de crédito imobiliário	581.930	324.831
Letras financeiras	211.703	82.403
Ações	9.126.142	9.177.900
Debêntures	6.941.233	6.554.266
Cotas de fundos	406.954	285.998
Certificados de recebíveis imobiliários	650.060	779.029
Dados em garantia	2.146	2.602
Notas do tesouro nacional	2.146	2.602
Total	17.935.264	17.302.753

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos - Brasil	38.501.528	41.075.763
Letras do tesouro nacional	5.769.523	7.361.760
Notas do tesouro nacional	32.732.005	33.714.003
Títulos privados	396.179	212.534
Certificados de recebíveis imobiliários	396.179	212.534
Dados em garantia	4.281.571	1.677.134
Letras do tesouro nacional	4.281.571	1.677.134
Total	43.179.278	42.965.431

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como mantidos para venda quando é altamente provável que a venda ocorra em até um ano desta classificação.

Este grupo de ativos inclui, principalmente, imóveis adjudicados oriundos de financiamentos habitacionais, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA.

Descrição	Bens não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2011	580.356
Adições (alienações) líquidas	193.538
Provisão para desvalorização	(103.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	670.866
Adições (alienações) líquidas	322.977
Provisão para desvalorização	(31.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	962.229

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2013	2012
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(103.028)	(122.953)
Constituição	(24.193)	(18.662)
Baixas	95.607	38.587
Saldo final	(31.614)	(103.028)

Nota 10 – Participações em controladas e coligadas

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações - CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31/12/2013	31/12/2012	Exercício 2013 (1)	Exercício 2012 (2)
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.082.025	1.918.861	638.262	534.343
Banco PAN	635.924	893.482	(250.742)	(318.057)
Capgemini	293.129	306.826	(18.950)	(22.772)
Elo Serviços	13.318	10.788	3.066	(7.489)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	7.692	164	834
Caixa Seguros Participações - CSP	41.138	-	6.892	-
Crescer	2.841	-	(13.430)	-
Branes	1.897	-	(303)	-
BIAPE	788	1.248	-	163
Fundo de Investimento em Participações	39.029	-	(1.358)	-
Total	3.116.921	3.138.897	363.601	187.022

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2013 das investidas da CAIXAPAR.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(a) Ágios na aquisição de investimentos

Movimentação dos Ágios	Acumulado 2013	Acumulado 2012
Saldo anterior	513.340	563.891
Novas aquisições	-	-
Amortizações	(56.910)	(50.551)
Saldo atual	456.430	513.340

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Imobilizado

O ativo imobilizado da CAIXA corresponde aos bens móveis e imóveis para uso próprio.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro, durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

As despesas de depreciação foram contabilizadas em “depreciação ativo imobilizado” na demonstração consolidada de resultado.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.513.784	(339.962)	1.173.822	1.062.788	(249.668)	813.120
Edificações	1.257.089	(339.962)	917.127	809.167	(249.668)	559.499
Terrenos	256.695	-	256.695	253.621	-	253.621
Outras imobilizações de uso	5.667.684	(3.815.184)	1.852.500	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078
Imobilizações em curso	41.927	-	41.927	30.959	-	30.959
Inst., móveis e equip. de uso	1.293.558	(664.612)	628.946	1.065.680	(572.416)	493.264
Sistema de comunicação	91.387	(70.177)	21.210	84.315	(66.209)	18.106
Sistema de proc.de dados	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	3.254.641	(2.489.587)	765.054
Sistema de transporte e segurança	321.736	(223.557)	98.179	261.803	(215.108)	46.695
Total	7.181.468	(4.155.146)	3.026.322	5.760.186	(3.592.988)	2.167.198

Movimentação do imobilizado de uso					
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2013
Imóveis de uso	813.120	485.305	6.426	(131.029)	1.173.822
Edificações	559.499	481.214	7.443	(131.029)	917.127
Terrenos	253.621	4.091	(1.017)	-	256.695
Outras imobilizações de uso	1.354.078	978.821	(8.562)	(471.837)	1.852.500
Imobilizações em curso	30.959	19.494	(8.525)	-	41.928
Inst., móveis e equip. de uso	493.264	227.846	(6)	(92.194)	628.910
Sistema de comunicação	18.106	7.073	-	(3.969)	21.210
Sistema de proc.de dados	765.054	664.441	(31)	(367.226)	1.062.238
Sistema de transporte e segurança	46.695	59.967	-	(8.448)	98.214
Total	2.167.198	1.464.126	(2.136)	(602.866)	3.026.322

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Intangível

Os ativos intangíveis estão representados por softwares de computadores adquiridos de terceiros (projetos logiciais – software) e por valores pagos para aquisição de carteiras de folha de pagamento que asseguram serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços e pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores público e privado.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Os contratos que apresentaram indicativos de perda do valor recuperável foram provisionados e os que apresentaram recuperação do valor anteriormente provisionados foram ajustados apresentando, no montante, recuperação no valor provisionado em períodos anteriores.

Todos os ativos intangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas possuem vida útil definida.

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.565.970	(909.854)	1.656.116	2.318.971	(777.678)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	324.200	(29.715)	294.485	324.200	(15.402)	308.798
Projetos logiciais - Software	727.408	(144.026)	583.382	359.044	(86.202)	272.842
Total	3.617.578	(1.083.595)	2.533.983	3.002.215	(879.282)	2.122.933

Descrição	31/12/2012	31/12/2013			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	615.255	(14.946)	(485.486)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(14.313)	294.485
Projetos logiciais - Software	272.842	369.698	-	(59.158)	583.382
Total	2.122.933	984.953	(14.946)	(558.957)	2.533.983

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Ativo fiscal diferido

Descrição	31/12/2013				31/12/2012 (Nota 3.20)			
	IRPJ	CSLL	PASEP/COFINS	Total	IRPJ	CSLL	PASEP/COFINS	Total
Diferenças Temporárias:	8.649.245	5.148.483	91.346	13.889.074	6.133.586	3.629.972	24.252	9.787.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4207188	2.548.021	-	6.755.209	3.036.377	1.821.826	-	4.858.203
Passivos Atuariais	1.209.280	725.568	-	1.934.848	1.176.867	706.120	-	1.882.987
Provisões Trabalhistas	771.683	463.010	-	1.234.693	346.044	207.627	-	553.671
Provisões Cíveis	678.728	407.237	-	1.085.965	893.374	536.024	-	1.429.398
Ajustes em IFRS	453.373	272.024	-	725.397	165.706	99.424	-	265.130
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	503.207	301.924	91.346	896.477	173.159	103.895	24.252	301.306
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso	7.904	4.742	-	12.646	25.737	15.442	-	41.179
Provisões Fiscais	52.115	31.269	-	83.384	50.763	30.458	-	81.221
Outros(1)	765767	394.688	-	1.160.455	265.559	109.156	-	374.715
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	1.837.590	402.906	-	2.240.496	1.922.036	584.585	-	2.506.621
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.837.590	-	-	1.837.590	1.922.036	-	-	1.922.036
Base Negativa de CSLL a Realizar	-	158.346	-	158.346	-	265.216	-	265.216
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	244.560	-	244.560	-	319.369	-	319.369
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	10.486.835	5.551.389	91.346	16.129.570	8.055.622	4.214.557	24.252	12.294.431
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	196.125	117.675	38.258	352.058	171.156	102.694	33.388	307.238
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos	196.125	117.675	38.258	352.058	171.156	102.694	33.388	307.238
Total dos Créditos Tributários	10.682.960	5.669.064	129.604	16.481.628	8.226.778	4.317.251	57.640	12.601.669
Total dos Créditos Não Constituídos	1.551.288	918.943	-	2.470.231	2.206.717	1.277.630	-	3.484.347

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação do ativo fiscal diferido

Descrição	Em 31/12/2012 (Nota 2.20)	Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	Em 31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.858.203	1.897.006	-	6.755.209
Outras provisões	4.628.300	1.609.085	-	6.237.385
Prejuízos fiscais	1.922.036	(84.445)	-	1.837.591
Base negativa - CSLL	584.585	(181.678)	-	402.907
Ajuste a valor de mercado	608.545	595.171	44.820	1.248.536
Total dos ativos	12.601.669	3.835.139	44.820	16.481.628

A CAIXA reconhece os ativos fiscais diferidos de acordo com a probabilidade de que venham a existir lucros tributáveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Tal definição fundamenta-se em estudo técnico elaborado periodicamente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros em período de tempo definido, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras.

Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Dividendos antecipados	4.097.762	5.188.673
Antecipação das contribuições ordinárias ao FGC	-	161.217
Pagamentos a ressarcir	3.170.495	94.856
Adiantamentos concedidos	465.297	879.480
Impostos a compensar	489.990	356.299
Outras despesas antecipadas	66.890	99.000
Total	8.290.434	6.779.525

Nota 15 – Outros ativos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Administração de fundos e programas sociais	103.577	448.473
Valores a apropriar (1)	2.560.068	1.412.988
Seguros a receber	102.601	50.880
Relações de interdependência	593.239	713.650
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	160.864	140.337
Material em estoque	26.327	24.332
Câmbio	686.718	114.195
Valores a receber - FND	386.846	-
Outros	162.031	236.066
Total	4.782.271	3.140.921

(1) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 23 (a).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Depósitos

(a) Depósitos de instituições financeiras

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos à vista	40.902	34.459
Depósitos interfinanceiros	2.353.562	10.293.433
Total	2.394.464	10.327.892

(b) Depósitos de clientes

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Depósitos à vista – sem remuneração	25.130.068	27.351.108
Pessoas físicas	10.193.256	10.611.230
Pessoas jurídicas	11.822.109	12.418.160
Vinculados	1.791.248	1.567.155
Governo	1.055.105	2.128.596
Moedas estrangeiras	4.980	817
Entidades públicas	152.943	553.771
Outros	110.427	71.379
Depósitos de Poupança – remuneração pós fixada	209.573.848	176.298.622
Pessoas físicas	205.688.360	173.239.619
Pessoas jurídicas	3.882.990	3.056.103
Vinculados	2.498	2.900
Depósitos a prazo	113.516.246	96.534.780
Remuneração prefixada	50.245.198	38.931.448
Depósitos a prazo em moeda nacional	50.245.198	38.931.448
Remuneração pós-fixada	63.271.048	57.603.332
Depósitos a prazo em moeda nacional	18.942.280	20.078.208
Depósitos judiciais com remuneração	44.328.768	37.525.124
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564
Sem remuneração	243.494	217.020
Remuneração prefixada	452.372	406.556
Remuneração pós-fixada	9.459.261	8.643.988
Total	358.375.289	309.452.074

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 Nota 2.20
Operações com loterias	1.310.495	1.237.388
Fundos e programas sociais	18.523.164	14.543.268
Fundos de financiamento e desenvolvimento	273.446	498.703
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.721
Total	20.406.042	16.485.080

Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas

Instrumentos de Dívida	Indexador	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de dívida subordinada		11.922.079	12.190.735
Dívida subordinada elegível a capital		11.922.079	12.190.735
Outros instrumentos de dívida		-	28.452.993
Instrumentos híbridos de dívida elegíveis a capital	IPCA	-	28.452.993
Títulos de dívida não subordinada		83.822.995	49.003.194
Obrigações por TVM no exterior	-	6.332.173	3.126.683
Letra hipotecária	IGP-M	600.065	568.713
Letra hipotecária	INPC	12.723	12.052
Letra hipotecária	TR	9.913	17.958
Letra imobiliária	IGP-M	8.691	8.236
Letra imobiliária	CDI	51.031.388	26.586.977
Letra de crédito do agronegócio	CDI	2.424.251	1.055.828
Letra financeira	CDI	22.816.089	17.626.747
Letra financeira	IPCA	587.702	-
Total		95.745.074	89.646.922

Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717, com amortização dessa dívida iniciada a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incide juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União (contrato nº 504) foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União (contratos nº 752 e 754) foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em acordo à Basileia III, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida considerados como Nível I até o limitador da revogada Resolução CMN nº. 3.444/07 e como Nível II a partir do saldo remanescente, foram aditivados em 2013 para adequação à nova Resolução CMN nº 4.192/13. Nesse sentido, os instrumentos híbridos considerados como Nível I e Nível II em SET13 passaram a ser considerados como Nível I a partir de OUT/13, vigência do novo arcabouço normativo de Basileia III e foram reclassificados para o Patrimônio Líquido (Nota 24) em conformidade com os requisitos da IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

Descrição	31/12/2012
Medida provisória nº 347/07	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	1.849.933
Medida provisória nº 470/09	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	2.125.600
Medida provisória nº 581/12	12.999.998
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	277.463
Total	28.452.993

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Repases no país	158.322.179	123.737.439
FGTS	132.732.425	104.796.216
BNDES	23.631.046	17.556.030
Tesouro nacional - PIS	659.562	755.602
Outras instituições	1.299.146	629.591
Empréstimos no exterior	3.231.933	43.300
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	896.512	40.803
Demais linhas de crédito	2.335.421	2.497
Total de obrigações por empréstimos e repasses	161.554.112	123.780.739

(a) Repases no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2014.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
FGTS	(7.437.294)	(5.793.739)
BNDES	(1.082.045)	(686.868)
Tesouro nacional - PIS	(42.169)	(37.159)
Empréstimos no exterior	(191.823)	(1.591)
Fundo marinha mercante	(168.844)	-
Outras instituições	(170.257)	(36.683)
Total	(9.092.432)	(6.556.040)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2013	30/12/2012
		(Nota 2.20)
Benefícios de curto prazo	2.488.903	2.304.118
Natureza salarial	2.063.622	1.832.488
Participação dos empregados no lucro	425.281	471.630
Benefícios pós-emprego	7.218.765	7.354.728
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	751.678	844.804
PREVHAB (cálculo atuarial)	44.260	47.570
Planos de benefícios – Previdência privada	211.072	186.188
Total	9.707.668	9.658.846

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

As provisões vinculadas aos benefícios pós-emprego são compostas por planos de aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio/cesta alimentação, conforme apresentado a seguir:

- A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Trata-se dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano.
- A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego assumidos quando da extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH.
- O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, SASSE, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- Os resultados atuariais do Saúde CAIXA e do PAMS são apresentados de forma agrupada, considerando tratar-se, ambos, de programas de assistência à saúde.
- A CAIXA administra benefícios pós-emprego de Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada**(b.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de benefício definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Principais premissas utilizadas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	8,66	8,04	8,74	8,55	8,74	8,55
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e	
	AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	28.872	30.945	11.088	11.000	83.359	76.262
Não saldado	2.995	3.251	11.088	11.000	83.359	76.262
Saldado	25.877	27.694	-	-	-	-
Assistidos (aposentados e pensionistas)	34.775	33.099	635	638	3.634	3.093
Total	63.647	64.044	11.723	11.638	86.993	79.355

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (1)	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo (2)	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do IAS 19, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Conciliação do efeito de teto de ativo		
Descrição	REG/REPLAN	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Abertura no início do ano	(748.088)	(6.465.329)
Despesa com juros / Rentabilidade	(75.789)	(751.723)
Total antes da remensuração	(823.877)	(7.217.052)
Remensuração	58.966	6.445.147
Custo de serviço líquido / Contribuições	(2.840)	23.817
Total no final do ano	(767.751)	(748.088)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesas/Receitas e pagamentos esperados para exercício 2014

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – IAS 19			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Administração do plano	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(4.530)	(13.408)	(50.845)

Pagamentos esperados – exercício 2014 – IAS 19			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de risco (REB)	17.694	371	4.483
Administração	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	18.576	371	4.706

(vii) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – IAS 19							
Descrição	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
REG/REPLAN							
VP ¹ Obrigação atuarial	39.795.582	40.761.947	40.288.732	40.286.015	39.211.646	41.369.337	40.287.215
VJ ² Ativos	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	766.234	768.951	1.843.320	(314.371)	767.751
REB							
VP ¹ Obrigação atuarial	504.389	498.954	506.925	496.609	484.500	520.303	501.705
VJ ² Ativos	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(207.030)	(196.714)	(184.605)	(220.408)	(201.810)
NOVO PLANO							
VP ¹ Obrigação atuarial	496.119	485.115	492.430	491.141	472.841	509.286	491.779
VJ ² Ativos	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(220.985)	(219.696)	(201.396)	(237.841)	(220.334)

VP¹ - Valor presente / VJ² - Valor justo

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras e Demográficas - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	N/A	N/A
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes do plano - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Assistidos (Aposentados e pensionistas)	68	71
Total	68	71

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(47.121)	(37.535)
Custo de juros	(4.488)	(4.127)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	2.435	(9.355)
Ajuste de experiência	(4.820)	(9.355)
Alterações premissas financeiras	7.255	-
Benefícios pagos pelo plano	3.655	3.897
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(45.519)	(47.120)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	42.019	43.649
Receitas de juros	3.982	4.836
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	3.173	(2.570)
Benefícios pagos pelo plano	(3.655)	(3.897)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.519	42.018

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(45.519)	(47.120)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	45.519	42.018
Superávit/ (déficit) do plano	-	(5.102)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	-	(5.102)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(5.102)	3.684
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(505)	709
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	5.607	(9.495)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	(5.102)

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - EX-PREVHAB					
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
VP ¹ Obrigação atuarial	44.631	46.383	44.547	46.531	45.519
VJ ² Ativos	45.519	45.519	45.519	45.519	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	-

*VP - Valor presente / **VJ - Valor justo

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS. O custeio do plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.211.755 (31/12/2012 – R\$ 6.276.166).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas Financeiras e Demográficas - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Aging Factor	Experiência CAIXA	
Projeção de aumento real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	3,02	3,06
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano

Quantidade de participantes do plano - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Empregados	95.243	87.510
Dependentes de empregados	132.024	128.807
Assistidos (Ex-empregados, aposentados e pensionistas)	21.997	22.135
Dependentes de assistidos	27.018	29.350
Total	276.282	267.802

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) do plano reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial	(6.211.755)	(6.317.036)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(6.211.755)	(6.317.036)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)
Pagamento de benefícios líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	IAS 19
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)
Custo de juros líquido	(728.631)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	IAS 19
Benefícios	300.885
Total dos pagamentos esperados para o plano	300.885

(vi) Análise de sensibilidade dos custos médicos

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Saúde CAIXA							
Descrição	Tábua biométrica		HCTR		Taxa de juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
VP ¹ Obrigação atuarial	6.054.579	6.368.710	6.219.400	6.204.100	6.005.930	6.429.483	6.211.755
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.005.930)	(6.429.483)	(6.211.755)

VP¹ - Valor presente**(e) Auxílio alimentação e cesta alimentação**

Os benefícios do auxílio-alimentação e cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 751.678 (31/12/2012 – R\$ 844.804).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Premissas financeiras e demográficas - Auxílio e cesta alimentação		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	N/A	N/A
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano de benefícios

Quantidade de participantes dos planos - Auxílio e cesta alimentação		
Descrição	2013	2012
Aposentados com auxílio alimentação	10.892	10.394
Aposentados com cesta alimentação	761	741
Pensionistas com auxílio alimentação	604	2.082
Pensionistas com cesta alimentação	22	71
Total	12.279	13.288

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Auxílio e cesta alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(844.804)	(624.439)
Custo de juros	(75.413)	(68.856)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	82.387	(230.743)
Ajuste de experiência	(39.953)	(230.743)
Alterações premissas financeiras	122.340	-
Benefícios pagos pelo plano	86.152	79.234
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(751.678)	(844.804)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no balanço patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no balanço patrimonial - Auxílio e cesta alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 2.20)
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(751.678)	(844.804)
Superávit/ (déficit) do plano	(751.678)	(844.804)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(751.678)	(844.804)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço patrimonial - Auxílio e cesta alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 2.20)
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(844.804)	(638.356)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	86.153	79.234
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(75.413)	(68.856)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	82.386	(216.826)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(751.678)	(844.804)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Auxílio e cesta alimentação	
Descrição	IAS 19
Custo de juros líquido	(84.876)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(84.876)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Auxílio e cesta alimentação	
Descrição	IAS 19
Normais	91.235
Total dos pagamentos esperados para o plano	91.235

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Auxílio e cesta alimentação					
Descrição	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
VP ¹ Obrigação atuarial	735.703	767.382	735.362	767.696	751.678
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	(751.678)

VP¹ - Valor presente**Nota 21 – Provisões para causas judiciais****Ativos contingentes:**

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco provável:

Descrição	31/12/2012	2013				31/12/2013
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões/baixas por pagamento	
Demandas fiscais	260.871	24.052	14.555	56.869	(102.088)	254.259
INSS	47.682	1.111	4.918	3.456	(5.051)	52.116
ISS	155.371	5.175	6.030	41.833	(55.629)	152.780
Outros	57.818	17.766	3.607	11.580	(41.408)	49.363
Demandas cíveis	3.511.622	321.724	204.240	255.288	(1.650.240)	2.642.634
Perdas e danos	1.311.473	223.274	101.531	39.646	(785.945)	889.979
Poupança	1.219.216	7.741	6.498	79.259	(583.585)	729.129
Loterias	11.586	1.010	1.233	3.294	(5.438)	11.685
Crédito imobiliário	104.094	41.624	9.309	5.147	(31.686)	128.488
Contingenciamento do FGTS	865.253	48.075	85.669	127.942	(243.586)	883.353
Demandas Trabalhistas	2.629.178	464.091	144.154	762.818	(913.508)	3.086.733
Outras	43.308	9.291	-	-	-	52.599
Total	6.444.979	819.158	362.949	1.074.975	(2.665.836)	6.036.225

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade insita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos referem-se a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, ausência permitida para interesse particular – APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2013, correspondem ao total de R\$ 1.416.310 (31/12/2012 - R\$ 1.390.798), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 52.116 (31/12/2012 - R\$ 47.682).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31/07/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a CAIXA sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão acerca da interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2013, corresponde ao montante de R\$ 537.665 (31/12/2012 - R\$ 336.734). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, a provisão constituída é de R\$ 152.780 (31/12/2012 - R\$ 155.371).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.498 (31/12/2012 - R\$ 6.236), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

Em 09/10/2013, foi publicada a Lei n.º 12.865, que reabriu, até 31/12/2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009, prevendo, dentre outras disposições, a possibilidade de pagamento, com desconto nos encargos, de débitos relativos a tributos federais. A CAIXA, atenta a essa prerrogativa, avaliou as matérias em discussão e os respectivos impactos financeiros e contábeis, não verificando condições favoráveis para adesão ao programa.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Dezembro de 2013 constavam 56,3 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55 mil “não relevantes” e 1,3 mil “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2013 constavam 303 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302,5 mil “não relevantes” e 500 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2013 a provisão constituída é de R\$ 729.129 (31/12/2012 - R\$ 1.219.216) para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31/12/2013 para estes processos é de R\$ 883.353 (31/12/2012 – R\$ 865.253).

Visando reduzir o litígio judicial em 2013, a CAIXA realizou 21 mil acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	4.778.552	4.761.175
Demandas cíveis	1.086.235	2.172.118
Demandas trabalhistas	-	49.449
Total	5.864.787	6.982.742

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 4.778.552, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.761.175), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.367.141, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.265.859), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

b) CSLL, no valor de R\$ 138.338, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 129.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

c) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 122.196, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 119.393), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.086.235, classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	8.475.837	7.869.183
Demandas cíveis	666.706	592.193
Demandas trabalhistas	2.148.050	1.881.421
Total	11.290.593	10.342.797

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 22 – Passivo fiscal diferido

(a) Conciliação do passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2012	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) no PL	31/12/2013
Ajuste a valor de mercado	554.865	357.513	-	912.378
Reserva de reavaliação	162.625	-	(8.383)	154.242
Demais ajustes IFRS	39.641	(21.142)	-	18.499
Outros	138.062	6.594	65.329	209.985
Total	895.193	342.965	56.946	1.295.104

(b) Efeitos dos ajustes IFRS no passivo fiscal diferido

Ajustes no passivo fiscal diferido	Impacto tributário	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo – BRGAAP	1.066.176	710.681
Ajuste de consolidação	210.429	144.870
Impacto no patrimônio líquido	210.429	144.870
Baixa da amortização acumulada do Diferido	-	7.643
Rendas de operações de crédito - critério default IFRS	-	31.412
Reclassificação de carteira TVM	-	-
Diferimento de despesas - Taxa de Juros Efetiva (TJE)	1	587
Impacto no resultado	1	39.642
Total	1.276.606	895.193

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Outras obrigações

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Sociais e estatutárias	4.826.577	5.188.673
Fiscais e previdenciárias	836.462	857.252
Programa de recompensas	116.213	81.452
Relações com correspondentes	18.955	13.424
Cobranças e arrecadações de tributos e contribuições	264.352	258.984
Câmbio	39.318	93.105
Obrigação por convênios	327.202	287.114
Recursos em trânsito de terceiros	2.087.968	1.390.447
Credores diversos – país (Nota 23 (a))	12.996.143	9.504.385
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Obrigação por operações vinculadas a cessão	4.323.518	2.485.104
Outros pagamentos	1.214.751	1.225.333
Total	32.881.564	26.128.173

(a) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cartões de crédito	6.130.233	4.604.588
Empresa gestora de ativos (EMGEA) (1)	255.135	253.687
Fornecedores	919.673	755.547
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	499.328	495.448
Crédito comercial – repasses	118.693	395.629
Crédito imobiliário – repasses	778.327	607.165
Obrigações com a união – repasses	37.899	35.247
Outros credores – poupança simplificada	499.852	499.944
Contas a pagar	1.110.288	87.317
Fundo garantidor de créditos – FGC	43.282	34.669
Valores a restituir – penhor	142.265	147.547
Valores a apropriar (2)	2.071.678	1.412.988
Outros credores diversos	389.490	174.609
Total	12.996.143	9.504.385

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza apresentados na Nota 15.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Os contratos nº 348, 504, 752 e 754 (Nota 18) foram celebrados em atenção Resolução CMN nº. 3.444/07, vigente à época, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I do Patrimônio de Referência, observados os limitadores de Nível I e Nível II.

Em junho de 2013, a CAIXA e a União celebraram dois contratos de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Contratos que observam as disposições das Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e atendem aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre nova metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência - PR (revogando a Resolução CMN n.º 3.444/2007),

As alterações realizadas pelo regulador através da Resolução CMN nº 4.192/13 correspondem à implementação de normas conhecidas mundialmente como Basileia III, que visam aumentar a qualidade do capital das instituições financeiras, exigindo melhor qualidade do capital mantido. Em seu art. 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Capital Principal – Nível I com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, foram celebrados em aderência aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal – Nível I do Patrimônio de Referência – PR da CAIXA e, nos termos do art. 33 da referida Resolução, foram autorizados pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Capital Principal – Nível I do PR.

Em acordo à Basileia III, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida considerados como Nível I até o limitador da revogada Resolução CMN nº. 3.444/07 e como Nível II a partir do saldo remanescente, foram aditivados em 2013 para adequação à nova Resolução. Nesse sentido, os instrumentos híbridos considerados como Nível I e Nível II em SET13 passaram a ser considerados somente como Nível I a partir de OUT/13, vigência do novo arcabouço normativo de Basileia III. Esses instrumentos foram reclassificados para o Patrimônio Líquido em conformidade com os requisitos da IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos passaram a observar cláusulas de atualização monetária e juros remuneratórios integralmente variáveis. Ao principal de cada contrato incorporou-se a atualização monetária acumulada até 31/08/2013 e realizou-se o pagamento dos juros remuneratórios às cláusulas vigentes até então de forma a preservar a nova estrutura de remuneração a partir dos aditivos:

Discriminação	31/12/2013
IHCD - elegíveis a capital	35.867.701
Contrato 348	7.303.575
Contrato 504	7.453.528
Contrato 752	6.800.000
Contrato 754	6.310.598
Contrato 868	3.000.000
Contrato 869	5.000.000
IHCD - não elegíveis a capital	728.814
Total	36.596.515

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,13%, sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas

As reservas são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido contabilizado segundo as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, reserva estatutária - loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Reserva legal	2.005.496	1.669.327
Reserva estatutária - loterias	1.454.999	928.299
Reservas margem operacional	1.441.901	95.438
Reservas de Capital	167	-
Total	4.902.563	2.693.064

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado semestral.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Foi repassado à União, em 2013, o montante de R\$ 4.000.000, a título de antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2013.

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	6.723.372	6.066.054
Ajuste de exercício anterior	(427.681)	-
Reserva legal	(336.169)	(303.303)
Realização de reserva	11.403	42.463
Reserva de loterias	(526.699)	(521.104)
Base para cálculo dos dividendos	5.444.226	5.284.110
Dividendos declarados	4.097.762	5.188.673
Juros sobre o capital próprio	1.216.534	1.106.451
Dividendos	2.881.228	4.082.222

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme indicado na Nota 2.4 (e), os instrumentos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

As variações no saldo de ajustes ao valor justo do período são apresentadas na demonstração consolidada de resultado abrangente, onde estão evidenciados os ganhos ou perdas realizados e não realizados no resultado, destacados os respectivos efeitos tributários, determinando o resultado abrangente do período.

(g) Lucros Acumulados

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Efeito acumulado dos ajustes IFRS no lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	(6.041.180)	(4.140.393)
Ajustes patrimoniais no ativo imobilizado anteriores à adoção ao IFRS	392.929	423.165
Ajustes de 1ª Adoção ao IFRS	3.264.992	3.264.992
Outros ⁽¹⁾	-	(426.446)
Total	(2.383.259)	(878.682)

(1) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidas dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Receitas com juros e similares

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Depósitos interfinanceiros (1)	296.663	174.345
Empréstimo e recebíveis com instituições financeiras	6.918.465	6.107.695
Empréstimos e recebíveis com clientes	48.613.157	36.594.661
Ativos financeiros mantidos para negociação (1)	7.818.664	5.964.008
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)	782.842	434.839
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (1)	4.914.656	5.906.248
Juros de outros ativos financeiros - FCVS	1.026.998	1.279.596
Outras (1)	467.423	119.660
Total	70.838.868	56.581.052

(1) Valor de 2012 alterado devido à reclassificações não relevantes entre os itens para comparabilidade com os valores apresentados em 2013.

Nota 26 – Despesas com juros e similares

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Operações com clientes	(23.383.833)	(17.821.361)
Operações com instituições financeiras	(78.764)	(639.969)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(1.059.422)	(812.381)
Operações compromissadas	(10.339.557)	(7.688.579)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 19 (c))	(9.092.432)	(6.556.040)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(1.877.907)	(1.968.671)
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão	(251.067)	(63.862)
Total	(46.082.982)	(35.550.863)

Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões

(a) Receita líquida com taxas e comissões

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	15.155.136	13.355.596
Total de receita de prestação de serviços (Nota 27 (b))	12.734.048	11.324.680
Total de rendas de tarifas bancárias (Nota 27 (c))	2.421.088	2.030.916
Total de despesas com taxas e comissões	(320.519)	(684.848)
Administração de Fundos e Programas	(85.897)	(82.175)
Administração de loterias	(192.429)	(165.663)
Tarifa de remuneração FGTS	74	(400.374)
Provisão de risco agente operador FGTS	(25.248)	(9.802)
Prov. p/ risco de crédito agente operador FGTS	(17.019)	(26.834)
Receita líquida com taxas e comissões	14.834.617	12.670.748

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de prestação de serviços

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	5.248.388	4.767.373
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) ⁽¹⁾	3.463.630	3.091.560
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	109.419	93.292
Programa de integração social (PIS)	125.638	117.152
Loterias federais	1.118.857	1.085.021
Financiamento estudantil - (FIES)	203.162	158.042
Fundo de arrendamento residencial (FAR) ⁽²⁾	84.792	92.479
Repasse secretaria do tesouro nacional (STN)	80.526	80.336
Seguro-desemprego	59.753	59.766
Outros	2.611	(10.275)
Rendas de cartões	1.244.907	880.508
Operações de crédito e garantias prestadas	800.715	857.840
Cobrança	591.474	527.975
Arrecadações ⁽²⁾	2.129.397	1.886.542
Fundos de investimentos e carteiras administradas ⁽¹⁾	1.372.733	1.119.831
Conta corrente	107.012	134.688
Programa de transferência de renda	365.151	296.018
Prestados a ligadas	572.678	525.888
Outros serviços	301.593	328.017
Total de Receita de prestação de serviços	12.734.048	11.324.680

(2) Saldo de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas com carteiras administradas de "FGTS" para "Fundos de investimentos e carteiras administradas"

(3) Saldo de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas de taxas de administração do FAR de "Arrecadações" para "FAR".

(c) Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de cartões	312.873	230.673
Operações de crédito e cadastro	423.125	450.899
Pacote de serviços	1.244.604	971.162
Contas de depósito	296.834	253.345
Transferência de recursos	133.076	114.284
Outras rendas	10.576	10.553
Total de rendas de tarifas bancárias	2.421.088	2.030.916

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Ganhos e perdas com a negociação de ativos e passivos financeiros

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros para negociação	(606.581)	150.120
Títulos públicos - Brasil	(606.605)	149.332
- Notas do tesouro nacional	(43.175)	3.458
- Letras financeiras do tesouro	36	136
- Letras do tesouro nacional	(563.466)	145.738
Títulos privados	24	788
- Debêntures	21	788
- Certificado de recebíveis imobiliários	3	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(15.876)	33.370
Títulos públicos - Brasil	-	33.569
- Notas do tesouro nacional	-	33.426
- Títulos CVS	-	143
Títulos privados	(15.876)	(199)
- Cotas de fundos	(15.876)	(199)
Carteiras comerciais adquiridas	337.969	71.141
Total	(284.488)	254.631

(b) Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros para negociação	(2.926.949)	509.391
Títulos públicos - Brasil	(2.926.248)	509.798
Letras do tesouro nacional	(2.908.791)	518.852
Notas do tesouro nacional	(17.862)	(9.328)
Letras financeiras do tesouro	405	274
Títulos privados	(701)	(407)
Debêntures	(551)	(485)
Certificado de recebíveis imobiliários	(150)	78
Instrumentos financeiros derivativos	2.611.786	(1.431.281)
Total	(315.163)	(921.890)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio

O resultado de câmbio decorre da variação da taxa de câmbio das disponibilidades em moeda estrangeira.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receita	5.452.089	1.038.570
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.452.089	1.038.570
Despesa	(5.900.843)	(1.012.243)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(5.900.843)	(1.012.243)
Resultado de câmbio	(448.754)	26.327

Nota 30 – Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
Comissões e taxas sobre operações	214.609	(1.522)
Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS	268.384	641.168
Recuperação de despesas	1.811.225	943.366
Reversão de outras provisões operacionais	1.991.250	1.543.174
Receitas de cartões de crédito	32.644	156.367
Atualização de depósitos em garantia	531.159	520.359
Atualização monet. s/ valores a receber da União	25.773	8.720
Receitas de loterias	77.309	115.190
Reversão de despesas - repactuação IHCD	193.283	-
Receita de desagio na aquisição de royalties	134.560	3.505
Outras receitas operacionais	520.369	324.595
Total	5.800.565	4.254.922

Nota 31 – Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios	(1.950.395)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(3.682.531)	(3.186.545)
FGTS	(688.709)	(600.814)
INSS	(2.139.120)	(1.843.768)
FUNCEF	(650.699)	(550.065)
Outros	(204.003)	(191.898)
Proventos	(10.088.685)	(8.663.895)
Salários e proventos	(9.215.539)	(7.969.610)
Indenizações trabalhistas	(873.146)	(694.285)
Outras	(206.783)	(202.332)
Total	(15.928.394)	(13.519.853)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Comunicações	(631.977)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(816.598)	(938.361)
Água e energia	(289.833)	(287.517)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.151.013)	(923.859)
Material	(199.300)	(232.823)
Processamento de dados	(1.079.804)	(966.208)
Promoções e relações públicas	(340.295)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(453.706)	(413.860)
Sistema financeiro	(367.078)	(319.710)
Serviços de terceiros	(1.388.746)	(1.171.672)
Serviços especializados	(581.931)	(506.877)
Vigilância e segurança	(780.980)	(686.719)
Outras despesas administrativas	(383.838)	(355.956)
Total	(8.465.099)	(7.618.650)

Nota 33 – Perdas com ativos financeiros

(a) Composição – Demonstrações consolidadas do resultado

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Constituição PDD - Empréstimos e recebíveis (Nota 33 (b)) (1)	(9.023.120)	(7.005.606)
Resultado com renegociações	(983.169)	(488.862)
Outros ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	1.291.125	247.824
Total	(8.715.164)	(7.246.644)

(1) Provisão para redução ao valor de recuperação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas com empréstimos e recebíveis com clientes

Em 2013:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação							
Em 1º janeiro de 2013	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980
Constituição (reversão) de provisão no exercício	9.405.781	244.951	5.400	(1.206.756)	656.999	(83.255)	9.023.120
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(4.802.967)	(1.059.874)	-	(832.672)	(13.307)	(8.334)	(6.717.154)
Em 31 de dezembro de 2013	9.951.765	1.251.827	8.278	364.537	643.834	404.705	12.624.946
Composição							
Provisão individual	223.970	-	-	11.949	632.807	130.002	998.728
Provisão coletiva	9.727.795	1.251.827	8.278	352.588	11.027	274.703	11.626.218
Total	9.951.765	1.251.827	8.278	364.537	643.834	404.705	12.624.946

Em 2012:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação							
Em 1º janeiro de 2012	3.118.985	1.338.939	-	2.043.126	1.946	543.425	7.046.421
Constituição (reversão) de provisão no exercício	4.128.571	1.663.467	2.878	1.240.443	(1.804)	(27.949)	7.005.606
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(1.898.605)	(935.656)	-	(879.604)	-	(19.182)	(3.733.047)
Em 31 de dezembro de 2012	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980
Composição							
Provisão individual	117.657	21	-	64.122	-	33.944	215.744
Provisão coletiva	5.231.294	2.066.729	2.878	2.339.843	142	462.350	10.103.236
Total	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 2.20)
FCVS a receber - provisão/perdas	(560.945)	(330.236)
Obrigações com fundos e programas	(322.747)	(225.958)
Desp. com cartão	(1.035.229)	(838.635)
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	(2.015.170)	(1.674.971)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(480.551)	(45.750)
Serviços automatizados	(229.886)	(159.508)
Alavancagem de negócios	(324.799)	(281.502)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(314.232)	(292.461)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(545.135)	(470.973)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(237.896)	(87.891)
Atualiz monetária s/ restituição e recolhimentos	(1.448)	(264.686)
Títulos no exterior - marcação a mercado	141.802	-
Créditos administrados por terceiros	(48.541)	(40.029)
Despesas com provisões operacionais	(289.080)	(391.385)
Condenações judiciais	(101.632)	(143.890)
Benefícios sociais	(78.955)	(68.322)
Benefício pós-emprego	(885.420)	(593.285)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(126.825)	(13.415)
Indenizações por perdas e danos	(170.328)	(132.905)
Perdas em cartões de crédito	(41.042)	(36.747)
Prejuízos com saque eletrônico fraudulento	(136.335)	(153.215)
Outras	(561.911)	(534.276)
Total	(8.366.305)	(6.780.040)

(1) Aglutinação dos itens "Correspondente não Bancário" e "Desp. Revendedor Lotérico" divulgados separadamente em dezembro de 2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Impostos

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2013	2012 (Nota 2.20)
Lucro operacional antes da tributação	2.659.205	2.507.494
Impostos correntes	(896.763)	(481.427)
Impostos diferidos	4.320.918	2.602.147
Lucro líquido do exercício	6.083.360	4.628.214

(b) Impostos correntes

Descrição	2013		2012 (Nota 2.20)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesa corrente	(389.691)	(175.717)	(199.251)	(88.020)
Encargo total do IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(1.293.829)	(776.306)	(1.053.638)	(632.198)
Efeitos tributários das adições e exclusões	(270.557)	(162.984)	215.933	130.157
Juros sobre capital próprio	304.133	182.480	276.613	165.968
Participações dos empregados nos lucros	265.826	159.496	237.500	142.500
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	178.441	181.678	95.468	97.073
Incentivo fiscal	33.520	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	5.502	3.300	18.277	10.966
Participação em controladas e coligadas	136.487	81.892	101.968	61.181
Outros	250.786	154.727	(112.445)	(63.667)
Despesa diferida/marcação a mercado	(207.097)	(124.258)	(121.347)	(72.809)
Despesa Total	(596.788)	(299.975)	(320.598)	(160.829)

(c) Despesas tributárias

Descrição	2013	2012 (Nota 2.20)
Contribuição COFINS	(1.630.554)	(1.358.896)
PIS/PASEP	(265.129)	(186.685)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(471.500)	(386.473)
Despesas com IPTU	(52.199)	(44.400)
Outras	5.739	(33.592)
Total	(2.413.643)	(2.010.046)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 36 – Gestão de riscos**(a) Considerações iniciais**

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente. Estão adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

As Políticas de Gerenciamento de Capital e de Riscos do Conglomerado CAIXA e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia da Instituição, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e a capacidade da CAIXA de assumir risco.

A CAIXA, visando sensibilizar seus empregados quanto à essas políticas, disponibiliza todas as diretrizes acerca desse tema por meio de sistema interno de divulgação normativa.

(b) Estrutura de gestão de riscos e capital

As estruturas de gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado e operacional da CAIXA, compostas por políticas, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, são responsáveis pela efetiva gestão de capital e por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições a esses riscos.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da CAIXA.

As atividades de administração de riscos e capital são segregadas das atividades negociais e de auditoria, com estruturas de desenvolvimento e monitoramento dos modelos independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Participam diretamente da administração dos riscos e do capital da CAIXA: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Comitê de Risco e Capital, a Vice-Presidência de Riscos, a Diretoria Executiva de Riscos, as Superintendências Nacionais de Administração de Risco Corporativo, de Controles Institucionais e de Risco de Crédito do Tomador e de Operação, além da Auditoria Interna.

As demais unidades da Instituição complementam o papel das mencionadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento de capital e dos riscos.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu “SOBRE A CAIXA”.

(i) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, é responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos, e também pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.

Responsável pela aprovação da política de capital, de riscos e respectivos limites de exposição ao risco, manifestando-se expressamente acerca da correção tempestiva de deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de capital e de cada risco tratado nessas políticas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Conselho Diretor

Responsável por aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração a política de capital, de riscos e os respectivos limites de exposição a risco; manifestar-se expressamente sobre a correção tempestiva das deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na política; e indicar, ao Banco Central do Brasil, o Vice-Presidente responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

(iii) Comitê de Risco e Capital

O Comitê de Risco e Capital é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete deliberar sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA e garantir seu alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

Esse Comitê tem como finalidade principal propor as políticas e estratégias para gestão de riscos, capital, recuperação de crédito e controles internos, propor limites globais de exposição a riscos, definir e acompanhar a alocação e limites de capital em função dos riscos, coordenar a construção do apetite de risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

(iv) Vice-Presidência de Riscos

Responsável por implantar políticas, metodologias, procedimentos e sistemas para gestão de capital, dos controles internos, do risco corporativo, do risco de clientes tomadores de crédito e respectivas operações e a manutenção e recuperação dos ativos.

(v) Diretoria Executiva de Riscos

Responsável por administrar, supervisionar e coordenar a execução das estratégias na área de gestão de capital e de riscos da CAIXA, dentre elas, a avaliação de risco do tomador de crédito de clientes e operações e a administração do risco corporativo.

(vi) Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo

Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e propor alternativas de mitigação dos riscos de crédito de carteira, mercado, liquidez e operacional em cenários de normalidade e de estresse, além de propor ao Comitê de Risco e Capital a Política de Gerenciamento de Risco e os limites de exposição a riscos.

Também é responsável pela gestão do capital, do Programa de Continuidade de Negócios da CAIXA, da Política de Segurança da Informação da Instituição e pela coordenação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional.

(vii) Superintendência Nacional de Risco de Crédito

Responsável por gerir o risco de crédito de clientes e de operações da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

(viii) Superintendência Nacional de Controle Institucional

Responsável por gerir o sistema de controle interno para o cumprimento das políticas e objetivos empresariais, preservar a sustentabilidade da organização e monitorar os modelos usados para avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, para a conformidade e controle da CAIXA.

(ix) Auditoria Interna

Responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas implantados para as atividades de gestão de capital e para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.

(x) Demais unidades

Responsáveis por cumprir e fazer cumprir a política de gerenciamento de risco e de capital em seu âmbito de atuação, disseminando cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos e da gestão de capital junto aos seus colaboradores.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da instituição e com a Resolução CMN no 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras. Entre as suas atividades estão a identificação, a avaliação, a monitoração, o controle e a mitigação de riscos, inserindo nesse contexto os serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

O gerenciamento do risco operacional da CAIXA está fundamentado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

(i) Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais abrange toda a CAIXA desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, e considera tanto os fatores externos quanto os internos que podem afetar adversamente seus resultados financeiros.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam todas as áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades nas respectivas unidades. Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais é a autoavaliação de riscos e controles, adaptada da metodologia CRSA (Control & Risk Self Assessment). Essa autoavaliação é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, o nível de criticidade e os controles adotados para a redução desses eventos.

(ii) Avaliação

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

• Avaliação qualitativa

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

• Avaliação quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia Loss Distribution Approach - LDA para a realização dessas projeções.

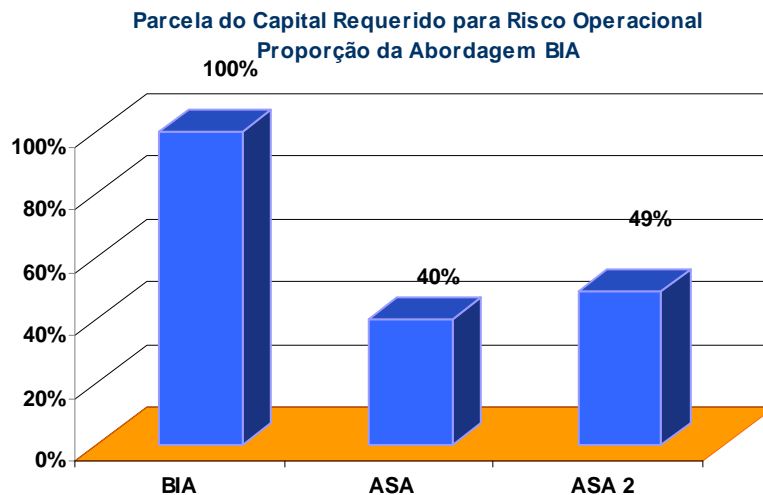
(iii) Metodologia de cálculo adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nas três abordagens, previstas na Circular BACEN 3.640/2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos cálculos realizados pelas três abordagens estão comparados no gráfico a seguir:

**(iv) Modelos internos**

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Monitoramento, controle operacional e mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

(v) Gestão da continuidade dos negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Outro elemento importante no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

(vi) Gestão de crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações, principalmente, com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

(vii) Transparência e divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de Behaviour Scoring e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de rating.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(i) Mensuração de risco de crédito

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por meio de modelos baseados em critérios consistentes, com o objetivo de inferir o risco esperado em uma operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring (CS) ou de análise de especialista, a depender das características do tomador e da operação.

As operações em carteira são reavaliadas periodicamente, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behaviour Scoring (BS) nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias e instrumentos de melhoria de crédito:

Descrição	Exposição máxima	
	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e recebíveis com clientes	485.425.817	352.454.775
Empréstimos e títulos descontados	128.072.064	101.275.524
Financiamentos	32.130.797	18.316.603
Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	36.193.795	23.536.627
Financiamentos imobiliários	273.877.512	206.181.752
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.989.121	154.642
Outros créditos	13.162.528	2.989.627
Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras	58.617.463	88.364.997
Depósitos interfinanceiros	7.671.672	3.078.676
Operações compromissadas	37.232.669	72.104.596
Direitos a receber	2.422.528	2.838.928
Devedores por depósito em garantia	11.290.594	10.342.797
Outros empréstimos e recebíveis	20.797.571	18.776.893
Outros recebíveis (SFH)	20.797.571	18.776.893
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	102.547.827	78.931.818
Títulos públicos	98.698.946	75.469.372
Títulos privados	42.848	75.641
Derivativos	260.317	82.128
Designados ao valor justo	3.545.716	3.304.677
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.935.264	17.302.753
Títulos públicos	17.242	331.973
Títulos privados	17.918.022	16.970.780
Ativos mantidos até o vencimento	43.179.278	42.965.431
Títulos públicos	42.725.354	42.752.897
Títulos privados	453.924	212.534

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Empréstimos e recebíveis

2013							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/ desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	118.424.109	29.141.327	34.790.243	235.471.743	1.992.988	13.361.064	433.181.474
Vencidos, mas não em impairment	14.922.871	3.200.313	1.122.168	40.190.154	2.516	36.575	59.474.597
Vencidos em impairment	4.676.849	1.040.984	925.218	1.460.255	1.895	169.594	8.274.795
Total da carteira	138.023.829	33.382.624	36.837.629	277.122.152	1.997.399	13.567.233	500.930.866
Provisão:	(9.951.765)	(1.251.827)	(643.834)	(364.537)	(8.278)	(404.705)	(12.624.946)
Provisão individual	(223.970)	-	(632.807)	(11.949)	-	(130.002)	(998.728)
Provisão coletiva da carteira	(9.727.795)	(1.251.827)	(11.027)	(352.588)	(8.278)	(274.703)	(11.626.218)
Carteira líquida de provisão	128.072.064	32.130.797	36.193.795	276.757.615	1.989.121	13.162.528	488.305.920

2012							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/ desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	93.653.905	17.763.542	23.101.893	154.009.152	156.980	3.444.603	292.130.075
Vencidos, mas não em impairment	10.418.310	1.862.039	434.876	53.381.743	540	36.048	66.133.556
Vencidos em impairment	2.552.260	757.772	-	1.194.822	-	5.270	4.510.124
Total da carteira	106.624.475	20.383.353	23.536.769	208.585.717	157.520	3.485.921	362.773.755
Provisão:	(5.348.951)	(2.066.750)	(142)	(2.403.965)	(2.878)	(496.294)	(10.318.980)
Provisão individual	(117.657)	(21)	-	(64.122)	-	(33.944)	(215.744)
Provisão coletiva da carteira	(5.231.294)	(2.066.729)	(142)	(2.339.843)	(2.878)	(462.350)	(10.103.236)
Carteira líquida de provisão	101.275.524	18.316.603	23.536.627	206.181.752	154.642	2.989.627	352.454.775

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Empréstimos por faixa de rating

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e títulos descontados	22.488.774	64.468.264	20.193.372	18.001.742	5.085.392	3.087.034	827.113	724.405	3.147.733	138.023.829	106.624.475
Financiamentos	9.220.099	13.094.690	1.629.285	2.591.670	2.385.910	508.500	378.723	340.550	3.233.197	33.382.624	20.383.353
Financiamentos rurais e agroindustriais	235.868	670.679	451.786	563.427	74.593	223	-	52	771	1.997.399	157.520
Financiamentos imobiliários	4.034.589	178.064.598	31.598.835	46.096.808	3.565.550	1.220.654	862.574	550.712	8.247.729	274.242.049	208.585.717
Financiamentos de infraestrutura	17.798.498	9.456.358	3.714.606	4.057.188	885.763	744.686	-	137.898	42.632	36.837.629	23.536.769
Outros créditos	181.918	12.009.916	306.801	525.242	146.750	201.091	17.204	12.502	165.809	13.567.233	3.485.921
Total	53.959.746	277.764.505	57.894.685	71.836.077	12.143.958	5.762.188	2.085.614	1.766.119	14.837.871	498.050.763	362.773.755

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Empréstimos renegociados

Carteira	2013	2012
Operações renegociadas	6.021.599	3.796.415
Comercial	5.629.490	2.850.959
Habitacional	392.109	945.456
Operações recuperadas	929.284	951.941
Operações comerciais	843.836	300.594
Operações habitacionais	85.448	651.347

Contratos renegociados que, de outra forma, teriam acarretado evidência de Impairment.

(vi) Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a análise dos instrumentos de dívida pelo rating atribuído de acordo com os modelos internos.

Faixas de <i>rating</i>	Mantidos para negociação		Disponíveis para venda		Mantidos até o vencimento	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Rating AA	102.547.827	78.915.068	10.949.357	8.874.235	42.805.392	42.965.431
Rating A	-	-	5.013.165	4.060.419	-	-
Rating B	-	-	1.972.742	3.545.492	373.886	-
Outros ¹	-	16.750	-	822.607	-	-
Total	102.547.827	78.931.818	17.935.264	17.302.753	43.179.278	42.965.431

(1) Instrumentos financeiros constituídos por fundos de investimentos em participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não possuem categorização em faixas de rating para fins de provisão, uma vez que a exposição a esses veículos é o próprio volume de recursos investidos e cujo risco de crédito já está refletido no valor das cotas. Tais valores estão classificados como Disponíveis para Venda.

(vii) Recuperação de garantias

A CAIXA obteve ativos por meio de tomada de posse de garantias de contratos celebrados, conforme demonstrado a seguir:

Carteira	2013	2012
Comercial	1.267	3.360
Habitacional	467.115	278.343

(e) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e com a dimensão de sua exposição a este risco. As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco, e define os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

(i) Mensuração do risco de mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

(ii) Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

(iii) Carteira trading por tipo de risco

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA.

Valor em risco em cenário de normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de risco	31/12/2013	31/12/2012
PRE	12.905	12.712
Cupom IPCA	7	5.985
Cupom SELIC	-	(3)
Cupom TR	1	6
VaR com ED	12.913	18.700

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Risco de moedas

A CAIXA não apresenta exposição relevante à variação cambial. O quadro abaixo apresenta o balanço, por moedas, totalizando os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira.

Descrição	Dólar	Euro	Iene	Outros	Total
Ativo (direitos)	423.460	13.143	52.813	1.616	491.032
Passivo (obrigações)	401.505	6.021	36.997	823	445.346
Posição Líquida	21.955	7.122	15.816	793	45.686

(v) Testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o objetivo de adimplir as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para a administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições a essa categoria de risco, visando preservar a solvência, liquidez, rentabilidade e adequada estrutura de capital, que são ajustados periodicamente de acordo com a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de assumir riscos e suportar perdas. Essa política abrange todas as fontes relevantes de exposição ao risco de liquidez.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a sua capacidade de pagamento, a CAIXA desenvolveu modelos proprietários para projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para aumentar a capacidade da CAIXA de identificar antecipadamente situações de crise de liquidez idiossincráticas ou sistêmicas, definir procedimentos para a tomada de decisão durante as crises e levantar alternativas para a saída desta situação, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez.

O Plano define alertas de liquidez e responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e sistematiza os procedimentos a serem seguidos em resposta à crise de liquidez visando conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

Utilizados como instrumentos para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez, os alertas monitoram diariamente as condições do fluxo de caixa e da margem líquida de risco de liquidez da Instituição, obtida pela relação entre os títulos de alta conversibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é a reserva estratégica de recursos, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias em situação de crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controladoria e Riscos e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Passivos financeiros para gerenciamento do risco de liquidez:

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2013
Captação no mercado	289.286.502	121.653.138	45.422.002	61.355.648	43.365.086	561.082.376
Depósitos	289.286.502	4.023.456	10.419.847	23.374.536	33.665.412	360.769.753
Depósitos à vista	25.170.971	-	-	-	-	25.170.971
Depósitos de poupança	209.573.848	-	-	-	-	209.573.848
Depósitos Interfinanceiros	-	85.174	2.141.199	127.189	-	2.353.562
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	32.425	3.938.282	8.278.648	23.247.347	33.665.412	69.162.114
Depósitos judiciais	44.328.768	-	-	-	-	44.328.768
Depósitos especiais	10.155.127	-	-	-	-	10.155.127
Outros depósitos	25.363	-	-	-	-	25.363
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)	-	5.964.144	31.298.931	36.860.245	3.367.501	77.490.821
Captação no mercado aberto (Compromissadas)	-	111.665.538	3.703.224	1.120.867	-	116.489.629
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	-	6.332.173	6.332.173

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2012
Captação no mercado	262.247.141	106.384.249	18.632.837	63.936.611	39.943.885	491.144.723
Depósitos	262.247.141	13.663.848	4.818.189	17.872.620	21.178.168	319.779.966
Depósitos à vista	27.385.567	-	-	-	-	27.385.567
Depósitos de poupança	176.298.622	-	-	-	-	176.298.622
Depósitos Interfinanceiros	-	10.248.074	12.618	8.641	24.100	10.293.433
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	11.744.569	3.415.774	4.805.571	17.863.979	21.154.068	58.983.961
Depósitos judiciais	37.525.124	-	-	-	-	37.525.124
Depósitos especiais	9.267.564	-	-	-	-	9.267.564
Outros depósitos	25.695	-	-	-	-	25.695
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)	-	3.385.863	10.738.763	30.761.562	990.323	45.876.511
Captação no mercado aberto (Compromissadas)	-	88.553.031	2.232.123	3.043.239	80.177	93.908.570
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	-	3.126.683	3.126.683
Instrumento híbrido de capital e dívida	-	781.507	843.762	12.259.190	14.568.534	28.452.993

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Valor justo de ativos e passivos financeiros
(i) Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Operações	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.671.673	3.078.676	7.671.035	3.078.676
Aplicações em operações compromissadas	37.232.669	72.104.596	37.229.588	72.104.596
TVM mantidos até o vencimento	43.179.278	42.965.431	43.121.533	51.180.784
Operações de crédito e outros créditos	488.024.608	361.239.369	475.469.738	371.360.456
Comercial	172.045.384	124.413.843	177.940.009	139.088.074
Habitação	270.392.302	205.788.891	259.412.788	203.587.803
Infraestrutura/desenvolvimento	36.837.628	23.536.769	29.367.647	21.184.713
Outros créditos	8.749.294	7.499.866	8.749.294	7.499.866
Captações de recursos	153.295.906	108.012.976	155.484.450	111.612.394
CDB/RDB	69.472.911	59.009.782	68.403.221	59.025.575
LCI LH	77.490.821	45.876.511	80.521.427	49.480.872
Obrigações por TVM no exterior	6.332.174	3.126.683	6.559.802	3.105.947
Captação em operações compromissadas	116.489.629	94.107.978	116.486.006	92.167.879
Obrigações p/ empréstimos e repasses e outras obrigações	141.593.461	109.159.232	113.389.821	100.466.752
Exterior	3.231.933	43.300	3.227.204	43.560
Tesouro	36.868	34.213	38.427	35.471
FGTS	132.732.425	104.796.217	102.947.269	95.104.544
BNDES	4.404.660	2.526.878	6.107.360	3.636.129
Depósitos com remuneração	1.187.575	1.758.624	1.069.561	1.647.048
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11.922.079	40.643.728	9.332.416	37.432.524

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Hierarquia do Fair Value

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.

Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

No Nível 1, o preço de títulos de renda fixa é determinado pela média dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios no dia da apuração. Para as ações listadas em bolsa e para derivativos padronizados o preço de mercado corresponde ao preço de fechamento no dia.

Na inexistência de divulgação de negociações em mercado, consideram-se os preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas por entidades de mercado confiáveis e representativas, tais como ANBIMA. Tal situação se enquadra na hierarquia de valor do Nível 2.

Quando as técnicas de avaliação não se enquadram nos Níveis 1 e 2, o valor justo é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A estrutura a termo será composta pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma curva da BM&F com características semelhantes, ou ainda, será utilizada a curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis, quando disponível.

A CAIXA considera os preços de mercado relevantes e observáveis em suas mensurações, sempre que possível.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ativos mensurados ao valor justo por nível de hierarquia**Em 2013:**

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Títulos públicos	-	102.505	-
Títulos privados	26	17	-
Total 1	26	102.522	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Títulos públicos	-	15	-
Títulos privados	8.504	9.383	33
Total 2	8.504	9.398	33
Total	8.530	111.920	33

Em 2012:

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Títulos públicos	-	78.851	-
Títulos privados	76	4	-
Total 1	76	78.855	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Títulos públicos	-	95	-
Títulos privados	8.719	8.475	13
Total 2	8.719	8.570	13
Total	8.795	87.425	13

(iv) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de sensibilidade das posições relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos financeiros – 31/12/ 2013				
Descrição	Risco	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(200.377)	(4.748.683)	(8.991.157)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.960)	(432.859)	(833.352)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(477.466)	(10.925.068)	(20.054.363)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(13.221)	(13.276)	(15.160)

(h) Gestão de capital

A CAIXA atua na gestão de riscos e de capital para a tomada de decisão em acordo com as normas vigentes e melhores práticas de mercado. Para tal, conta com uma estrutura de riscos que engloba uma Superintendência Nacional de Risco Corporativo com unidades dedicadas aos riscos de crédito, operacional e mercado, inclusive taxa de juros e liquidez e ao gerenciamento do capital com acompanhamento dos riscos Reputacional, Socioambiental e Estratégico.

A CAIXA entende que o Gerenciamento de Capital é fundamental para a manutenção da saúde financeira da instituição, tendo cumprido todas as etapas estabelecidas na Resolução CMN nº. 3.988/11.

O processo de gerenciamento de capital apoia a CAIXA por meio do processo contínuo de:

- Controle da necessidade de capital mantido pela CAIXA;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos potenciais riscos a que a CAIXA está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição;
- Alinhamento às diretrizes do Conselho de Administração;
- Adoção de postura prospectiva do ambiente comercial através do estudo de cenários e da sua necessidade de capital.

Dentre as etapas estabelecidas pela resolução CMN nº. 3.988/11, a CAIXA protocolou junto ao BACEN em SET/13 o Relatório extraordinário do Processo Interno de Avaliação de Adequação de Capital – Icaap, data-base JUN13, o qual destina-se a demonstrar a estrutura de riscos e os principais resultados decorrentes dos negócios e do Planejamento Estratégico da CAIXA, apresentando perspectivas de negócios, plano de capital e contingência para os próximos anos, considerando os cenários macroeconômicos de normalidade e estresse.

O processo de gerenciamento de capital está estruturado de maneira a criar condições para a realização dos objetivos estratégicos da CAIXA, considerando o seu ambiente de negócios, bem como a compatibilidade das operações, complexidade de produtos e serviços e a exposição à riscos. A estrutura de gerenciamento de capital da CAIXA conta com mecanismos que auxiliam na identificação e avaliação dos riscos relevantes. A CAIXA possui Política de Gerenciamento de Capital documentada, aprovada pela Alta Administração e divulgada em sistema interno.

A CAIXA considera que o processo de gerenciamento de capital deve abranger o monitoramento e controle do capital através da avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposta, inclusive de forma prospectiva, elaborando plano de capital e contingência em acordo com suas metas e considerando os objetivos estratégicos em cenários de normalidade e estresse. Ainda, periodicamente são elaborados e apresentados ao Comitê de Riscos e Capital Relatórios de Gerenciamento de Capital.

As informações contidas nos relatórios produzidos fornecem subsídios à Alta Administração que auxiliam na tomada de decisão acerca das ações para correção das deficiências apontadas sobre a estrutura de gerenciamento de cada um dos riscos tratados na Política de Riscos, inclusive no capital da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2013 ¹	31/12/2012 ²
Patrimônio de referência - PR	71.440.993	56.328.755
Nível I	59.518.914	28.689.489
Capital principal - CP	34.437.984	24.386.066
Patrimônio líquido	27.373.363	25.056.944
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	(423.165)
Créditos tributários excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)
Ativo permanente diferido	-	(2.425)
Ajuste ao valor de mercado	-	(90.615)
Capital complementar - CC	25.080.930	4.303.423
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	25.080.930	4.303.423
Nível II	11.922.079	28.689.489
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.922.079	12.190.735
Reservas de reavaliação	-	423.165
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	15.984.974
Ajuste ao valor de mercado	-	90.615
Deduções do PR	-	(1.050.223)
Ações emitidas por instituições financeiras	-	(1.048.975)
Participação em instituição financeira no exterior	-	(1.248)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	472.075.444	433.691.244
Risco de crédito - RWA _{CPAD}	450.874.561	410.363.711
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA _{MPAD}	1.447.893	5.126.370
Taxa de juros – RWA _{JUR}	1.447.893	5.126.370
Commodities – RWA _{COM}	-	-
Ações – RWA _{ACS}	-	-
Câmbio – RWA _{CAM}	-	-
Risco operacional - RWA _{OPAD}	19.752.990	18.201.163
Patrimônio de referência mínimo requerido (RWA*0,11) - PRMR	51.928.299	47.706.037
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	3.923.466	2.473.008
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	15.589.228	6.149.710
Índice de capital principal (CP / RWA)	7,30%	5,62%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,61%	6,62%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,13%	12,99%

(1) Regras de basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do patrimônio de referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de basileia II, vigentes até SET/13. Valores do patrimônio de referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Basileia III

O Comitê de Basileia publicou em junho de 2011 a revisão do documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (publicado originalmente em dezembro de 2010) como resposta à necessidade de regulação internacional diante da crise financeira e bancária de 2008.

Em linha com a norma do comitê de basileia, o Banco Central do Brasil divulgou, em 1º de março de 2013, as resoluções do conselho monetário nacional nº. 4.192 e 4.193, que normatizam no Brasil as recomendações do comitê de supervisão bancária de basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, introduzindo novos conceitos ao patrimônio de referência, bem como determinando os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para risco de crédito, de mercado e operacional.

As novas regras constituem um conjunto de recomendações de melhores práticas que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem perdas, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. A vigência das resoluções supracitadas iniciou-se em 1º de outubro de 2013 com determinação de cronograma visando a implementação total dos indicadores até 1º de janeiro de 2019.

Nas regras de basileia III, a estrutura do PR sofreu modificações. O PR continua correspondendo à soma do nível I e do nível II, contudo, o nível I é segmentado em capital principal e capital complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, além do índice de basileia.

$$PR = NívelII + NívelIII$$


$$PR = Capital Principal + Capital Complementar + NívelIII$$

O capital nível I é considerado um capital de melhor qualidade, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto que o nível II corresponde ao capital com capacidade de absorção após constatada a inviabilidade da instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos
(a) Detalhamento dos ativos

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2013
Disponibilidades e reservas no BACEN	97.668.927	73.327	-	-	-	97.742.254
Ativos financeiros ao valor justo	25.569	25.243.992	30.368.642	48.683.531	(1.773.907)	102.547.827
Ativos financeiros mantidos para negociação	25.569	22.188.091	29.866.031	48.436.158	(1.774.055)	98.741.794
Derivativos	-	249	12.695	247.373	-	260.317
Designados ao valor justo	-	3.055.652	489.916	-	148	3.545.716
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	41.999.321	14.195.614	2.422.528	-	58.617.463
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	42.374.739	82.316.263	373.359.761	(12.624.946)	485.425.817
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	20.797.571	-	20.797.571
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	9.158.853	58.959	320.913	8.695.166	(298.627)	17.935.264
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	599.814	574.778	42.004.686	-	43.179.278
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	3.116.921	-	-	-	-	3.116.921
Ativo intangível	2.533.984	-	-	-	-	2.533.984
Ativo imobilizado	3.026.321	-	-	-	-	3.026.321
Outros ativos	-	-	4.782.271	-	-	4.782.271
Ativos não correntes mantidos p/ venda	962.229	-	-	-	-	962.229
Ativo fiscal diferido	-	-	-	16.481.628	-	16.481.628
Desp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	-	-	8.290.434	-	8.290.434
Total de ativos	116.492.804	110.350.152	132.558.481	520.735.305	(14.697.480)	865.439.262

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2012
Disponibilidades e reservas no BACEN	80.235.473	247.478	-	-	-	80.482.951
Ativos financeiros ao valor justo	34.466	13.365.016	21.188.012	43.191.537	1.152.787	78.931.818
Ativos financeiros mantidos para negociação	34.466	11.875.327	21.166.946	41.315.229	1.153.045	75.545.013
Derivativos	-	-	-	82.128	-	82.128
Designados ao valor justo	-	1.489.689	21.066	1.794.180	(258)	3.304.677
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	72.104.596	23.740.453	2.838.928	(10.318.980)	88.364.997
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	21.255.384	37.109.804	294.089.587	-	352.454.775
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	18.776.893	-	18.776.893
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	9.230.251	-	736.630	7.692.653	(356.781)	17.302.753
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	1.265.150	6.109.840	35.590.441	-	42.965.431
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	3.138.897	-	-	-	-	3.138.897
Ativo intangível	2.122.933	-	-	-	-	2.122.933
Ativo imobilizado	2.167.198	-	-	-	-	2.167.198
Outros ativos	-	-	3.140.921	-	-	3.140.921
Ativos não correntes mantidos p/ venda	670.866	-	-	-	-	670.866
Ativo fiscal diferido	-	-	6.772.734	5.828.935	-	12.601.669
Disp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	1.234.552	5.544.973	-	-	6.779.525
Total de ativos	97.600.084	109.472.176	104.343.367	408.008.974	(9.522.974)	709.901.627

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Detalhamento dos passivos

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31/12/2013
Depósitos de instituições financeiras	-	85.174	2.141.199	168.091	2.394.464
Depósitos de clientes	289.245.599	3.938.282	8.564.083	56.627.325	358.375.289
Depósitos à vista	25.130.068	-	-	-	25.130.068
Depósitos de poupança	209.573.848	-	-	-	209.573.848
Depósitos a prazo	44.386.556	3.938.282	8.564.083	56.627.325	113.516.246
Depósitos especiais	10.155.127	-	-	-	10.155.127
Recursos para destinação específica	-	1.310.495	19.095.547	-	20.406.042
Obrigações de operações com loterias	-	1.310.495	-	-	1.310.495
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	18.523.163	-	18.523.163
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	273.446	-	273.446
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	298.938	-	298.938
Derivativos (Nota 6)	-	185	239	88.792	89.216
Empréstimos de tít. e op. Compromissadas	-	116.489.629	-	-	116.489.629
Instrumentos de dívida	-	5.964.144	31.298.931	46.559.920	83.822.995
Recursos de letras imobiliárias	-	5.964.144	31.298.931	40.227.746	77.490.821
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	6.332.174	6.332.174
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	161.554.112	161.554.112
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares	-	-	2.488.903	7.218.765	9.707.668
Provisões para causas judiciais	6.036.225	-	-	-	6.036.225
Provisão para riscos fiscais	254.259	-	-	-	254.259
Provisão para contingências cíveis	2.642.634	-	-	-	2.642.634
Provisão para contingências trabalhistas	3.139.332	-	-	-	3.139.332
Passivo fiscal diferido	-	-	-	1.295.104	1.295.104
Outras obrigações	-	-	-	32.881.564	32.881.564
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	11.922.079	-	-	-	11.922.079
Total de Passivos	307.203.903	127.787.909	63.588.902	306.393.673	804.974.387

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31/12/2012
Depósitos de instituições financeiras	-	10.282.532	12.618	32.742	10.327.892
Depósitos de clientes	262.212.556	3.415.774	4.805.571	39.018.173	309.452.074
Depósitos à vista	27.351.108	-	-	-	27.351.108
Depósitos de poupança	176.298.622	-	-	-	176.298.622
Depósitos a prazo	49.295.262	3.415.774	4.805.571	39.018.173	96.534.780
Depósitos especiais	9.267.564	-	-	-	9.267.564
Recursos para destinação específica Nota (2.20)	-	1.237.388	15.247.692	-	16.485.080
Obrigações de operações com loterias	-	1.237.388	-	-	1.237.388
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	14.543.268	-	14.543.268
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	498.702	-	498.702
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	205.722	-	205.722
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	683	-	-	683
Empréstimos de tít. e op. compromissadas	-	93.908.570	-	-	93.908.570
Instrumentos de dívida	-	3.103.209	10.605.627	63.747.351	77.456.187
Recursos de letras imobiliárias	-	3.103.209	10.605.627	32.167.675	45.876.511
Obrigações por instrumentos híbridos	-	-	-	28.452.993	28.452.993
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	3.126.683	3.126.683
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.399.414	121.381.325	123.780.739
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares	-	-	2.304.118	7.354.728	9.658.846
Provisões para causas judiciais	6.444.979	-	-	-	6.444.979
Provisão para riscos fiscais	260.870	-	-	-	260.870
Provisão para contingências cíveis	3.511.623	-	-	-	3.511.623
Provisão para contingências trabalhistas	2.672.486	-	-	-	2.672.486
Passivo fiscal diferido	-	-	-	895.193	895.193
Outras obrigações (Nota 2.20)	-	-	5.464.741	20.663.432	26.128.173
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	12.190.735	-	-	-	12.190.735
Total de passivos	280.848.270	111.948.156	40.839.781	253.092.944	686.729.151

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Análise de vencimentos (líquida)
Em 2013:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos	116.492.804	110.350.152	132.558.481	520.735.305	(14.697.480)	865.439.262
Total de passivos	307.203.903	127.787.909	63.588.902	306.393.673	-	804.974.387
Líquido (ativo – passivo)	(190.711.099)	(17.437.757)	68.969.579	214.341.632	(14.697.480)	60.464.875

Em 2012:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos (Nota 2.20)	97.600.084	109.472.176	104.343.367	408.008.974	(9.522.974)	709.901.627
Total de passivos (Nota 2.20)	280.848.270	111.948.156	40.839.781	253.092.944	-	686.729.151
Líquido (ativo – passivo)	(183.248.186)	(2.475.980)	63.503.586	154.916.030	(9.522.974)	23.172.476

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Detalhamento dos títulos e valores mobiliários
(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Em 2013:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação	25.569	22.188.091	29.866.031	46.662.103	100.515.845	98.741.794
Títulos públicos Brasil	-	22.188.091	29.866.031	46.644.824	100.473.254	98.698.946
Letras financeiras do tesouro	-	1.604.504	10.317	10.879	1.625.709	1.625.700
Letras do tesouro nacional	-	16.890.388	29.855.714	46.624.419	95.143.030	93.370.521
Notas do tesouro nacional	-	3.693.199	-	9.526	3.704.515	3.702.725
Títulos privados	25.569	-	-	17.279	42.591	42.848
Debêntures	-	-	-	14.578	14.361	14.578
Cotas de fundos	25.569	-	-	-	25.569	25.569
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.701	2.661	2.701
Designados ao valor justo	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Títulos públicos Brasil	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Letras financeiras do tesouro	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Derivativos (ativo)	-	249	12.695	247.373	260.317	260.317
Derivativos (passivo)	-	89.216	-	-	89.216	89.216
TVM e derivativos (ativo)	25.569	25.734.056	29.878.726	46.909.476	104.321.730	102.547.827
TVM e derivativos (passivo)	-	89.216	-	-	89.216	89.216

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2012:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação	34.466	11.875.327	21.166.946	42.468.274	74.391.642	75.545.013
Títulos públicos Brasil	-	11.848.557	21.166.946	42.453.869	74.316.768	75.469.372
Letras financeiras do tesouro	-	1.489.689	21.066	4.767.385	6.277.882	6.278.140
Letras do tesouro nacional	-	3.959.770	21.145.880	36.185.822	60.155.196	61.291.472
Notas do tesouro nacional	-	6.399.098	-	1.500.662	7.883.690	7.899.760
Títulos privados	34.466	26.770	-	14.405	74.874	75.641
Debêntures	-	26.770	-	14.405	40.408	41.175
Cotas de fundos	34.466	-	-	-	34.466	34.466
Designados ao valor justo	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Títulos públicos Brasil	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Letras financeiras do tesouro	-	5.959	22.480	3.276.238	3.305.191	3.304.677
Derivativos (ativo)	-	-	-	82.128	82.128	82.128
Derivativos (passivo)	-	683	-	-	-	683
TVM e derivativos (ativo)	34.466	11.881.286	21.189.426	45.826.640	77.778.961	78.931.818
TVM e derivativos (passivo)	-	683	-	-	-	683

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda
Em 2013:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	-	-	-	17.242	19.064	17.242
Notas do tesouro nacional	-	-	-	6.921	4.728	6.921
Títulos CVS	-	-	-	10.321	14.336	10.321
Títulos privados	9.533.096	58.959	320.913	8.005.054	18.214.827	17.918.022
Letras de crédito imobiliário	-	-	197.384	384.546	582.007	581.930
Letras financeiras	-	-	89.474	122.229	211.709	211.703
Ações	9.126.142	-	-	-	9.385.995	9.126.142
Debêntures	-	58.959	34.055	6.848.219	7.009.647	6.941.233
Cotas de fundos	406.954	-	-	-	406.954	406.954
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	650.060	618.515	650.060
Total	9.533.096	58.959	320.913	8.022.296	18.233.891	17.935.264

Em 2012:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	-	-	75.486	22.840	95.327	98.326
Letras financeiras do tesouro	-	-	75.486	-	75.517	75.486
Notas do tesouro nacional	-	-	-	10.996	4.496	10.996
Títulos CVS	-	-	-	11.844	15.314	11.844
Títulos Privados	9.463.898	-	68.113	7.672.416	17.327.958	17.204.427
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	324.831	324.929	324.831
Letras financeiras	-	-	-	82.403	82.361	82.403
Ações	9.411.547	-	-	-	9.615.566	9.411.547
Debêntures	-	-	68.113	6.486.153	6.569.932	6.554.266
Cotas de fundos	52.351	-	-	-	52.351	52.351
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	779.029	682.819	779.029
Total	9.463.898	-	143.599	7.695.256	17.423.285	17.302.753

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Em 2013:

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	599.814	574.778	41.608.507	42.783.099	42.230.586
Letras do tesouro nacional	599.814	-	9.451.279	10.051.093	10.051.601
Notas do tesouro nacional	-	574.778	32.157.228	32.732.006	32.178.985
Títulos privados	-	-	396.179	396.179	396.179
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	396.179	396.179	396.179
Total	599.814	574.778	42.004.686	43.179.278	42.626.765

Em 2012:

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	1.259.191	6.087.360	35.406.346	42.752.897	49.243.911
Letras do tesouro nacional	-	-	7.361.760	7.361.760	7.984.075
Notas do tesouro nacional	1.259.191	6.087.360	28.044.586	35.391.137	41.259.836
Títulos privados	-	-	212.534	212.534	260.737
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	212.534	212.534	260.737
Total	1.259.191	6.087.360	35.618.880	42.965.431	49.504.648

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 38 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
- FUNCEF.

ATIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.977.657	2.789.541
Banco PAN (1)	4.977.657	2.789.541
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992
Banco PAN	-	499.992
Rendas a receber	2.301.599	1.952.475
Caixa Seguros Holding S.A.	342	334
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.301.257	1.952.141
Créditos adquiridos	7.581.165	3.662.652
Banco PAN (1)	7.581.165	3.662.652
Total	14.860.421	8.904.660

(1) A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

PASSIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos	171.758	584.727
Caixa Seguros Holding S.A.	11.680	19.015
FUNCEF	1.453	879
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	158.625	564.833
Repasses do país - instituições oficiais	(1.131)	16.528
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(1.131)	16.528
Obrigações diversas	36.867	34.213
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	36.867	34.213
Total	207.494	635.468

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITAS (1)		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de depósitos interfinanceiros	296.663	173.135
Banco Panamericano	296.663	173.135
Rendas de prestação de serviços	654.912	608.224
Caixa Seguros Holding S.A.	572.678	525.888
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	82.234	82.336
Outras receitas operacionais	242.453	159.885
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	242.453	159.885
Total	1.194.028	941.244

DESPESAS (1)		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Despesas administrativas - aluguéis	(64.641)	(52.807)
FUNCEF	(64.641)	(52.807)
Outras despesas operacionais	(3.010)	(3.191)
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(3.010)	(3.191)
Total	(67.651)	(55.998)

(1) As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	20.148	11.361
Proventos	14.858	8.508
Encargos sociais	5.290	2.853

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 39 – Outras informações**(a) Administração de entidades sociais**

Patrimônio Líquido de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA		
Descrição	31/12/2013 (1)	31/12/2012 (2)
PIS (3)	28.415.317	28.581.836
FGTS	62.978.979	46.787.221
FAR	18.316.041	8.058.235
FDS	1.190.819	1.147.428
FAS (3)	24.495	27.953
FGS	137.246	65.540
FGHAB	1.364.939	1.207.139
CCA	45.725	33.333
CCAM	21	17
FGCN	3.941.813	3.505.323
FCE	98	15
Total	116.415.493	89.414.040
FCVS	(90.620.246)	(87.053.639)

(1) Posição de novembro de 2013.

(2) Posição de novembro de 2012.

(3) Posição de dezembro de 2013.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (2011 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 22.303 (31/12/2011 - R\$ 30.626).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 129.301 (31/12/2011 - R\$ 102.467).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 160.608 (31/12/2011 - R\$ 166.460).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 40 – Eventos subsequentes**(a) Captação Externa**

Em 06/05/2014, a CAIXA lançou o seu 4º bond sênior no mercado de capitais internacional. A transação de R\$ 2.881.320 mil (US\$ 1,3 bilhão) foi a maior captação de dívida senior em dólares da CAIXA. Os bonds com vencimento em maio de 2019 foram precificados em \$99.648 com cupom de 4,25%, representando um yield de 4,329%.

Em 16/07/2014 houve nova emissão externa no valor de R\$ 1.106.450 mil (US\$ 500 milhões) por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano, e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital nível II de acordo com as regras Basileia III do Brasil, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. Entre as novas características das Notas destacam-se, o reset de cupom após o 5º ano e a cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação de não viabilidade do Banco pelo Banco Central.

Após cinco anos, caso não seja realizado o resgate, o cupom dos bônus será revisado (reset) e passará a pagar um spread de 555 pontos-base mais o retorno do Treasury de cinco anos naquele momento. Se os juros do título do Tesouro americano subirem mais que o previsto, a CAIXA terá a opção de resgatar os títulos.

A alocação dos títulos foi diversificada, não só para os EUA (38%) e Europa (32%), mas com uma forte participação da Ásia (19%) e América Latina (11%). Dado o forte reconhecimento do nome da CAIXA com os investidores de bancos de varejo e privados, os investidores de varejo foram alocados em 26%, com investidores institucionais também apresentando uma forte participação: Asset Managers (36%), fundos de hedge (13%). Tesouraria dos Bancos (21%) também foram investidores importantes nessa transação.

(b) Capitalização no Banco PAN

A CAIXA exerceu, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR, a subscrição de 118.857.496 ações ordinárias e 45.452.854 ações preferenciais, ambas, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação, durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de ações relativas ao aumento de capital aprovado pela Reunião do Conselho de Administração do Banco PAN realizada em 13/06/2014 que se encerrou em 17/07/2014.

Em 07/08/2014, a CAIXAPAR subscreveu mais 12.476.784 ações não subscritas pelos demais acionistas, pelo mesmo preço de exercício da etapa anterior, durante o período de exercício de subscrição das sobras de ações, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 25/07/2014 pelo Banco Pan.

O montante subscrito foi de R\$ 597.540.512,92, conferindo à CAIXAPAR a manutenção dos 49% de participação no capital votante da Companhia e atingindo a seguinte composição acionária: 262.164.546 ações ordinárias e 112.732.358 ações preferenciais.

Em função da operação de subscrição do Banco PAN, a administração da CAIXA autorizou o aporte de R\$ 600 milhões na subsidiária CAIXAPAR, realizado em 14/07/2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

José Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Antonio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Vice-presidente E.E.
Portaria Presi nº 1516/2014

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente